

The background of the image is a close-up photograph of water droplets and ripples, rendered in various shades of blue. Overlaid on this background are several abstract white geometric shapes: a large square in the upper right, a circle in the lower right, a circle with a square inside it in the center, and several smaller circles and arcs in the lower left and center. A thin white grid also intersects the central circle.

2022

RELATÓRIO

DA ADMINISTRAÇÃO



Sumário

04	Mensagem da Administração
06	A Cesan
07	Visão geral
09	Cesan em números
10	Identidade organizacional (Missão, Visão, Valores)
11	Marco legal
16	Investimento histórico
17	Crescimento
22	Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem
25	Parcerias Público-Privadas (PPPs)
27	Unidade de reúso
28	Eficiência energética
30	Estratégia e gestão
33	Pessoas e relacionamentos
40	Desempenho financeiro e operacional
48	Compromisso socioambiental
55	Compromissos futuros
56	Demonstrações contábeis



CESAN

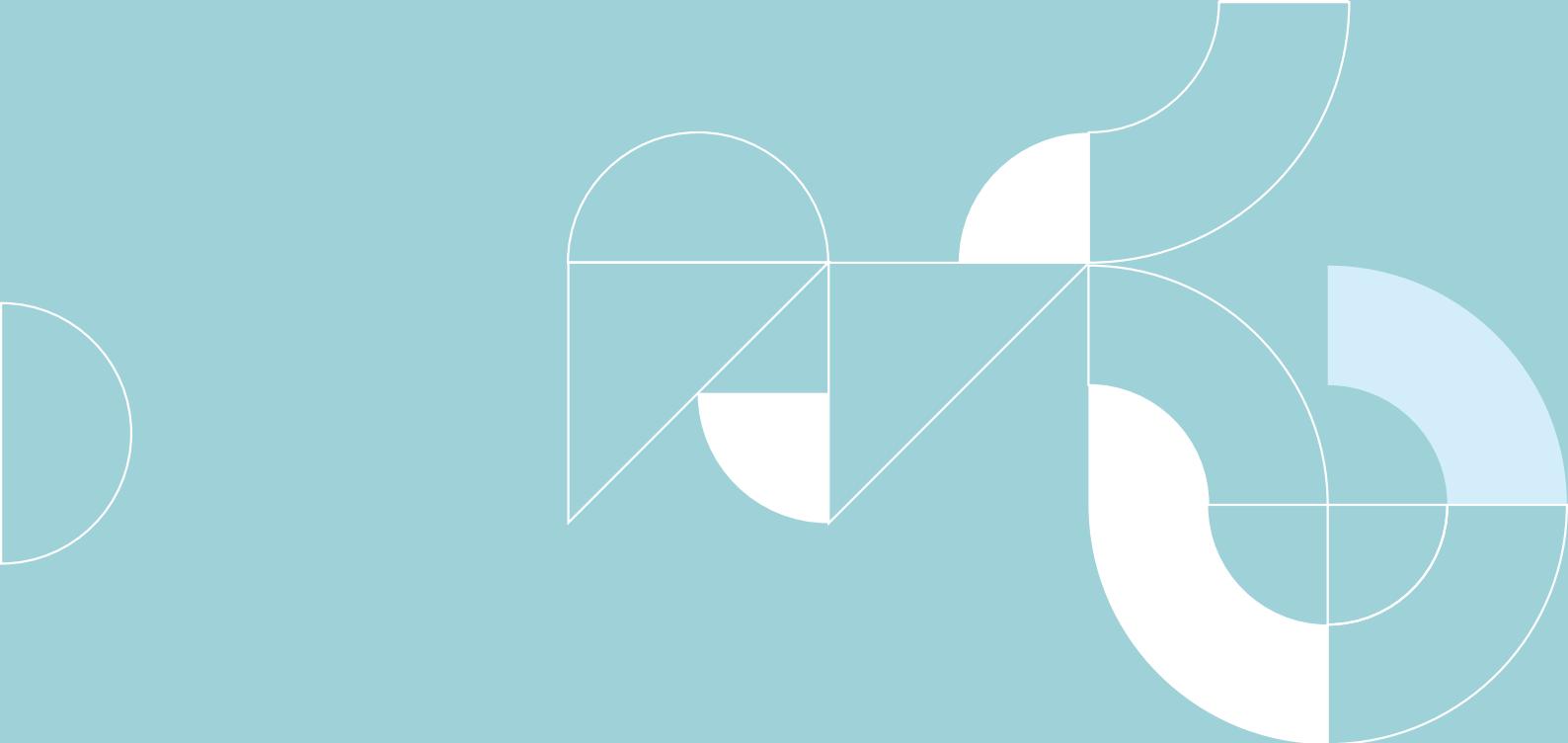
The logo for CESAN features a stylized blue and white oil droplet icon to the left of the word "CESAN" in a bold, blue, sans-serif font.

55 anos: recorde de investimentos e solidez para o futuro

O ano de 2022 foi desafiador para a administração da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), quando avançamos em projetos internos e externos e conduzimos a continuidade de iniciativas que adequam a Companhia às exigências do novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB), introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020.

No ano em que a Companhia completou 55 anos de existência, fizemos o maior investimento da nossa história, alcançando a marca de R\$ 648 milhões em programas e projetos que irão contribuir significativamente para ascender os serviços de água e esgoto no Espírito Santo a patamares mais elevados.

No propósito de preparar a Companhia para um futuro promissor, tivemos nossa capacidade econômico-financeira atestada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP) e reconhecida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Essa conquista faz parte de um amplo estudo que também busca identificar oportunidades e desafios trazidos pelo marco legal, despertando a Companhia para operar dentro da nova realidade de mercado, de maneira ágil, sólida e sustentável.



Durante o ano, formalizamos os termos aditivos de contratos com 46 municípios capixabas, assegurando a continuidade da prestação de serviços e o cumprimento das metas de universalização estabelecidas pelo novo marco. Os acordos garantem o acesso à água tratada para 99% da população e ao serviço de coleta e tratamento de esgoto para 90% dos habitantes desses municípios até 2033, além de metas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas de água e de melhoria dos processos de tratamento.

Nosso compromisso com os capixabas e com o cumprimento do novo marco legal nos impulsionou a avançar em projetos robustos, responsáveis por elevar, nos próximos anos, a partir da conclusão das obras, a qualidade de vida e outros benefícios dos serviços do esgotamento sanitário a parcelas cada vez maiores da população. Um deles é o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, com ações que envolvem a gestão sustentável dos recursos hídricos, o aumento do acesso ao saneamento básico e o uso racional dos solos.

Outro projeto de destaque é o das Parcerias Público-Privadas (PPPs), com a execução de obras de infraestrutura em esgotamento sanitário na Grande Vitória. Vale ressaltar que somos a melhor e maior empresa na classificação setorial de água e esgoto do Espírito Santo 2022, ranking promovido e divulgado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

São números e iniciativas que comprovam como 2022 foi um ano de muito foco, dedicação e empenho para que pudéssemos avançar nos serviços de saneamento de qualidade e que contribuam para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Espírito Santo. Os resultados e as atividades da Companhia durante o ano estão apresentados neste Relatório da Administração, um instrumento de transparência e de responsabilidade social da Cesan para com seus públicos.

Assim, seguimos com o nosso compromisso diário de contribuir com o bem-estar dos capixabas, com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento econômico-social do Espírito Santo.

Uma boa leitura!
A Administração

A Cesan





Em 2022, a Cesan foi responsável pelo abastecimento de água para 2,5 milhões de capixabas da Grande Vitória e do interior do Estado

Uma empresa comprometida com a saúde e a qualidade de vida dos capixabas

Com uma trajetória que em 2022 completou 55 anos de atuação, a Cesan vem fazendo do saneamento básico uma alavanca para promover desenvolvimento econômico local, bem-estar e qualidade de vida para a população capixaba. Atendeu, no ano, a 73% (2,5 milhões) da população capixaba com serviços de captação, tratamento e distribuição de água de qualidade, e coleta e tratamento de esgoto sanitário, em 53 dos 78 municípios do Estado, sendo sete na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Sociedade de economia mista, de capital fechado, foi criada pela Lei 2.282/67 (alterada

pela Lei 2.295/67 e regulamentada pelo Decreto 2.575/67). Sediada em Vitória, capital do Espírito Santo, tem o Estado do Espírito Santo como acionista majoritário, com 99,8% das ações.

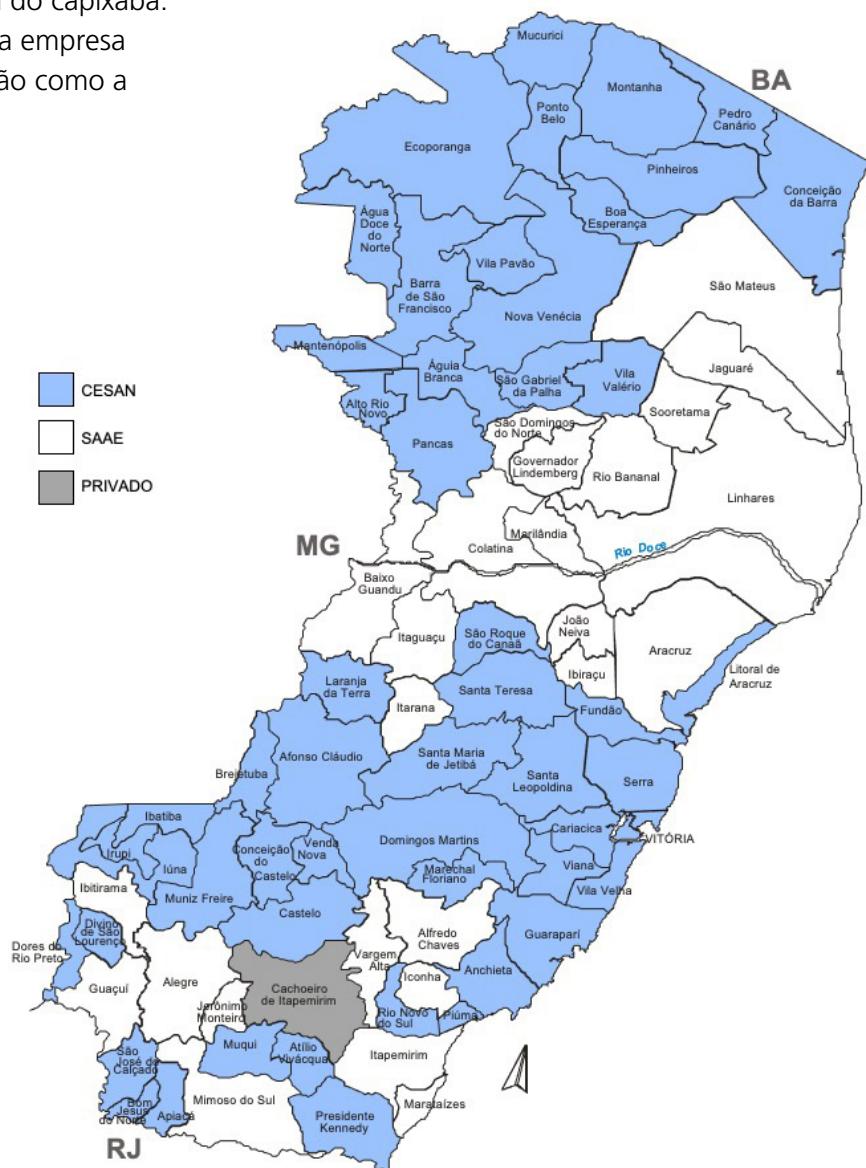
À Cesan compete planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar industrialmente os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários; atuar para o aperfeiçoamento da operação e manutenção dos serviços; cumprir a política de saneamento, visando promover o acesso universal aos serviços, e promover pesquisas, levantamentos, estudos econômicos e financeiros relacionados com projetos de

serviços de água e esgotos. A legislação também autoriza a participação em outras sociedades e a constituir subsidiárias, com permissão para se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou no exterior.

A Companhia realiza, ainda, estudos de projetos, faz manutenção e comercialização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, podendo atuar nos serviços relacionados aos resíduos sólidos e ao meio ambiente, além de executar obras de novas instalações e ampliação de redes, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e contribuir com a qualidade de vida do capixaba. Uma comprovação da relevância da empresa é demonstrada pela sua classificação como a

Dos 78 municípios capixabas, a Cesan possui contrato com 53 para a prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário

melhor e maior empresa no ranking setorial de água e esgoto do Espírito Santo, divulgado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), no Anuário 200 Maiores e Melhores Empresas Espírito Santo 2022. Ainda de acordo com o estudo, divulgado em novembro, a Companhia ocupava a 27ª posição no ranking geral com uma receita operacional líquida de R\$ 939 milhões em 2021, valor 6,52% maior que o ano anterior.





O volume de esgoto tratado pela Companhia no ano ultrapassou 72 milhões de metros cúbicos

Índice de cobertura



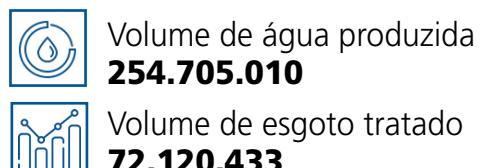
Municípios atendidos



Estações de tratamento



Produção acumulada m³



Economias (imóveis)



Empregos gerados



Resultado líquido



Índice de satisfação de atendimento ao cliente



Total de investimentos



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Missão Prestar serviços de saneamento de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.



Visão Universalizar os serviços de saneamento até 2030, comprometida com a excelência na sua gestão.



Valores

Comprometimento

Somos comprometidos com a nossa missão e sabemos da importância do nosso trabalho para o desenvolvimento do nosso Estado e a qualidade de vida das pessoas.

Confiança

Nossos relacionamentos são pautados na confiança, zelando pela credibilidade da empresa.

Qualidade

Buscamos a excelência na prestação dos nossos serviços, para atingir os resultados da melhor maneira possível, considerando as necessidades dos nossos clientes.

Ética

Cumprimos os princípios e regras éticas segundo nosso Código de Conduta e Integridade e agimos com transparência.

Respeito

Valorizamos nossa força de trabalho, cuidamos dos clientes, nossa razão de existir, e mantemos uma relação de parceria com os fornecedores.

Responsabilidade

Agimos com responsabilidade perante a sociedade e o meio ambiente, cuidando do presente para garantir um futuro melhor.

Segurança

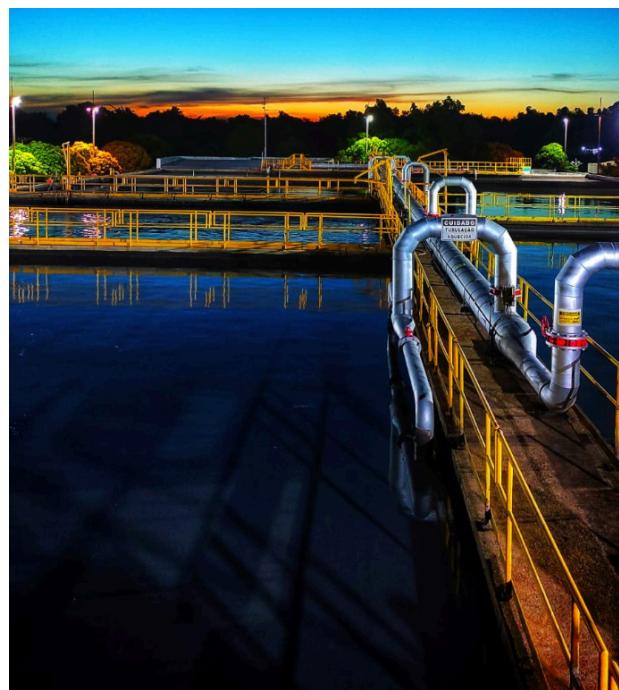
Atuamos com segurança em todos os nossos processos, produtos e serviços, protegendo as pessoas e o ambiente em que vivemos.

Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico

O novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB), introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020, trouxe inovações fundamentais para o desenvolvimento e a prestação de serviços do saneamento básico no Brasil. Entre elas estão a previsão da obrigatoriedade das Companhias estaduais comprovarem sua capacidade econômico-financeira para a universalização dos serviços de água em 99% e de esgoto em 90% até 2033, e a inserção dessas metas de universalização e de desempenho como condição de regularidade jurídica dos Contratos de Programa. Essas duas exigências estão plenamente cumpridas pela Cesan.

O novo marco vedou também o acesso a recursos federais caso as normas não sejam implementadas pelos municípios, prestadores e agentes reguladores locais; e exigiu a devolução aos titulares dos sistemas com contratos vencidos, sob o risco de perda automática da capacidade econômico-financeira dos prestadores; além da adoção do princípio da regionalização dos serviços de saneamento, promoção de mudanças substanciais na sua regulação; e o estímulo à concorrência.

A Cesan, em 30 de dezembro de 2021, protocolou junto à ARSP requerimento



Os municípios atendidos pela Cesan já possuem o serviço de água universalizado

de comprovação de sua capacidade econômico-financeira, acompanhado de toda a documentação exigida pela Lei 14.026/2020 e regulamentada pelo Decreto 10.710/2021. A Companhia, no dia 24 de março de 2022, teve aprovada a sua comprovação de capacidade, passo importante para que pudesse assinar os termos aditivos com os poderes concedentes, até 31 de março de 2022.



A microrregião
será formada
pelos 78
municípios
capixabas

Microrregião Única de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo

Em 14 de julho de 2021, por meio da Lei Complementar Estadual nº 968, foi instituída a Microrregião Única de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo e sua respectiva estrutura de governança, composta pelos 78 municípios e o Governo do Estado do Espírito Santo. Caberá à essa instância, entre outros objetivos, aprovar metas de interesse regional e apreciar planos, projetos e programas públicos ou privados relativos à realização de obras.

A medida atende a uma exigência feita pelo novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB) e estabeleceu aos Estados prazo até 15 de julho para criarem sua regionalização, com a

finalidade de garantir escala econômica e atratividade para os municípios menores, visando subsidiar as licitações exigidas pela nova legislação.

A estrutura de governança interfederativa e a condução administrativa da Microrregião se dará por meio de uma autarquia intergovernamental, a ser instituída, sendo composta por um Colegiado Regional integrado pelo prefeito de cada município que a integra, e por um representante do Estado do Espírito Santo. As decisões serão tomadas em colegiado na forma do Regimento Interno, garantindo a cada município os votos proporcionais à população de seu território.

Atestado de capacidade para universalizar os serviços

Com planejamento, gestão responsável e transparência, a Cesan se antecipou às modificações do novo marco legal do saneamento básico. Como resultado, a ARSP atestou a capacidade econômica e financeira da Companhia para universalizar os serviços de saneamento nos municípios atendidos, até o ano de 2033, conforme prevê a Lei Federal 11.445/2007.

Em todos os 46 municípios de atuação da empresa e que possuem convênio com a ARSP, o abastecimento de água está universalizado desde 2009. Quanto ao serviço de coleta e tratamento de esgoto, o objetivo é atingir a universalização até 2030, antecipando em três anos a meta do novo marco regulatório.

O atestado de capacidade valida os estudos apresentados pela Cesan em cumprimento ao Decreto Federal 10.710/2021, que regulamentou o marco regulatório do saneamento. Laudos de empresas especializadas independentes atestaram os cálculos, o atendimento dos indicadores econômico-financeiros, a adequação dos estudos de viabilidade e o plano de captação, conforme exigidos na legislação.

Os principais fatores que garantem vantagens competitivas à Cesan em relação à concorrência no mercado são economia de escala (atuação em dezenas de municípios), qualidade nos serviços prestados, base de ativos consolidada, expertise operacional e

marca forte. Outros diferenciais são a solidez financeira, que possibilita acesso às fontes de financiamentos para implantação de suas estratégias de crescimento, e o volume crescente de investimentos em serviços de abastecimento de água e de coleta e de tratamento de esgotamento sanitário.

Levantamento realizado pelo Valor Data e publicado no Valor Econômico em julho de 2021, que analisou os balanços de 25 Companhias estatais de saneamento no Brasil, apontou a Cesan em primeiro ou em segundo lugar em três dos quatro indicadores de solidez econômico-financeira estipulados pela Lei Federal 14.026/2020, regulamentado pelo Decreto 10.710/2021. Os indicadores são grau de endividamento, rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, Margem Líquida e Suficiência de Caixa.



Municípios assinam aditivo contratual

Ao todo, 46 municípios do Espírito Santo assinaram aditivos aos Contratos de Programa com a Cesan para continuidade da prestação de serviços e garantia da universalização do abastecimento de água, da coleta e tratamento do esgoto. A assinatura dos aditivos inclui nos Contratos de Programa as metas de universalização estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento.

Os termos aditivos, que valem em média por 30 anos, também incluem metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas de água e de melhoria dos processos de tratamento.

Assinaram o termo aditivo os seguintes municípios: Afonso Cláudio, Água Doce do Norte, Águia Branca, Alto Rio Novo, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Atílio Vivácqua, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cariacica, Castelo, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Ecoporanga, Fundão, Guarapari, Ibatiba, Irupi, Iúna, Mantenópolis, Marechal Floriano, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Roque do Canaã, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Pavão, Vila Valério, Vila Velha e Vitória.

Atendendo à determinação do Decreto Federal nº 10.710/2021, a Cesan notificou sete municípios (Laranja da Terra, Presidente Kennedy, Piúma, Montanha, Mucurici, Ponto Belo e



Assinatura de renovação do Contrato de Programa com o município de Pedro Canário

Pinheiros) que estão com contratos de concessão vencidos, informando que a prestação do serviço no município se encerrará até 31 de dezembro de 2023 e que existem ativos não amortizados que deverão ser indenizados para a Companhia.

Os municípios de Laranja da Terra, Pinheiros e Piúma ajuizaram individualmente Ação de Não Fazer para que a Cesan mantenha a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

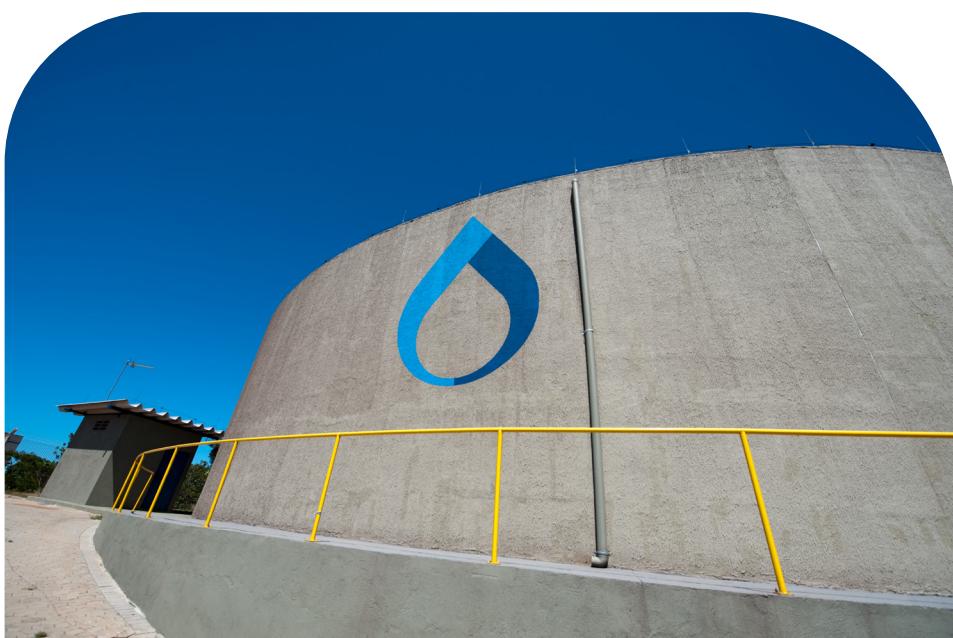
Para as três ações judiciais foram deferidas liminares que determinam que a Companhia permaneça prestando os serviços enquanto a tutela de urgência não for decidida ou até a efetiva concretização e funcionamento das atividades da Microrregião de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 968/2021. Esses sete municípios representam uma receita de 2,46% em relação à Receita Operacional Bruta da Companhia.

Reajuste tarifário 2022

A Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP) abriu no dia 7 de junho a Consulta Pública nº 03/2022 com o objetivo de colher contribuições sobre a proposta de Resolução que estabelece as tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Cesan em 53 municípios capixabas.

A metodologia de reajuste utilizada pela ARSP para correção das perdas inflacionárias, estabelecida na Nota Técnica ARSP/ASTET

nº 04/2022, resultou em um índice de 13,09% a ser aplicado nas tarifas de água e esgoto a partir de 1º de agosto. Nesse índice de reajuste está incluído o parcelamento dos efeitos da revisão tarifária em 0,88%, que será aplicado de 2022 a 2025, bem como os resultados da aplicação do índice de produtividade (fator X) para introduzir incentivos à eficiência e um índice de qualidade (fator Q), com o objetivo de incorporar incentivos à melhora da qualidade do serviço.



A metodologia utilizada pela agência reguladora no reajuste da tarifa da Cesan compreende, entre outros fatores, corrigir as perdas inflacionárias

Investimento histórico





Os investimentos foram concentrados na ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, tendo alcançado o montante de R\$ 648 milhões

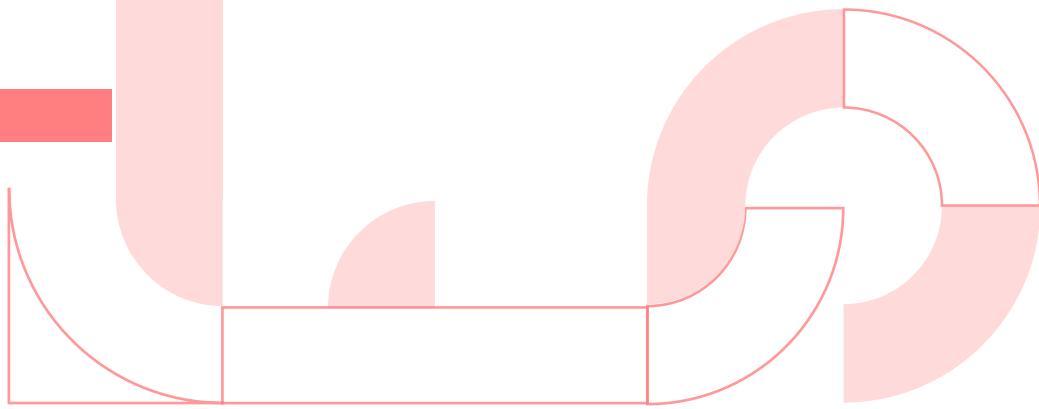
2022: maior investimento anual da história para acelerar a universalização

Com o objetivo de acelerar a universalização dos serviços de saneamento nos municípios da sua área de atuação, programada para ser alcançada até 2030, proporcionando mais desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida a mais capixabas, a Cesan realizou em 2022 o maior investimento anual de toda a sua história. Os recursos, que alcançaram R\$ 648 milhões, estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Governo do Estado e ao Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030 (Plano ES-2030).

Sempre em atendimento aos contratos dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB),

as obras executadas ocorreram por meio de três frentes: o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, o programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) nos municípios de Serra, Vila Velha e Cariacica, firmados com empresas do Grupo Aegea Saneamento, e recursos próprios e dos dividendos (reinvestimentos) da Cesan, que tem como acionista majoritário o Estado do Espírito Santo. Além de recursos próprios, a Companhia conta com financiamentos aprovados junto ao Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco Mundial (BIRD) - via Governo do Estado, e outras instituições financeiras e de fomento.

CRESCIMENTO



Ao todo, em 2022 estiveram sendo executadas 29 obras direcionadas à expansão e à modernização dos serviços de água e esgoto, à despoluição das águas e à garantia da segurança hídrica em 26 municípios. A maior parte (18) integra o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, que beneficiará, ao seu término, 267 mil moradores.

Dos R\$ 648 milhões, R\$ 171 milhões foram destinados a obras de melhorias e expansão do abastecimento de água englobando a construção de redes de distribuição, estações

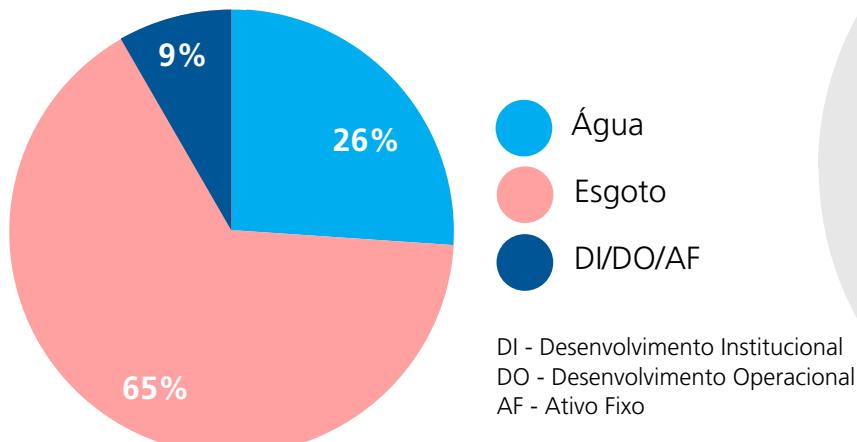
de tratamento, reservatórios, adutoras de água bruta e tratada, e ligações prediais. Já em coleta e tratamento de esgoto, os investimentos totalizaram R\$ 422 milhões para a implantação de novas redes coletoras, elevatórias, recalques de esgoto bruto, estações de tratamento, ligações domiciliares e intradomiciliares.

Em desenvolvimento institucional, operacional e aquisições de ativo fixo, a Companhia investiu R\$ 55 milhões. O volume de investimentos corresponderam a 55,9% da receita operacional da Cesan em 2022, contra 37,2%, em 2021, e 27,2% em 2020.

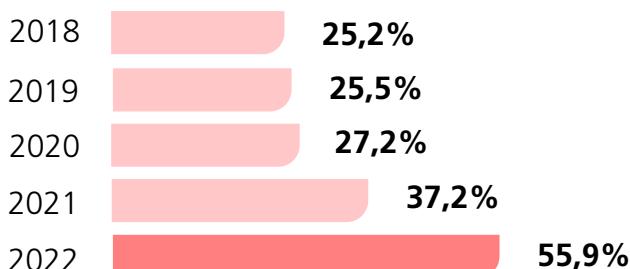


Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Manguinhos, na Serra

Investimentos



Investimentos / Receita operacional



Investimentos por região (em R\$ milhões)

	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL	(%) REAL/TOTAL
Metropolitana	107,2	316,7	423,9	65,42%
Regional Centro/Sul	43,2	81,0	124,3	19,18%
Regional Norte/Noroeste	20,4	24,3	44,7	6,90%
Outros (DI/DO/ATIVO FIXO)	-	-	55,1	8,50%
TOTAL	170,8	422,1	648,0	

Dando continuidade ao arrojado plano de investimentos, a Companhia, em 2023, tem um desembolso programado em torno de R\$ 834 milhões, conforme as contratações já realizadas.

Em quatro anos, o maior conjunto de obras em execução no saneamento básico capixaba

Nos últimos quatro anos, a Cesan implementou o maior conjunto de obras da história em saneamento básico no Espírito Santo, contribuindo para aquecer a economia capixaba com a geração de emprego e renda. Essas obras, após concluídas, com a disponibilização dos serviços e a interligação dos imóveis resultarão em melhoria da qualidade de vida da população, preservação de córregos, rios e praias, e fomento ao turismo.

Dez obras foram concluídas e entregues nos últimos quatro anos, sendo três na Grande Vitória (Viana e Guarapari) e sete no interior (Marechal Floriano, Aracruz, Atílio Vivácqua, Castelo, Dores do Rio Preto, Pancas e Pinheiros).

As obras em andamento em 2022 contemplam os seguintes



A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Pinheiros está entre as obras concluídas nos últimos quatro anos

municípios: Serra, Viana, Cariacica, Vila Velha, Iúna, Irupi, Ibatiba, Dores do Rio Preto, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Apiacá, Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Afonso Cláudio, Anchieta, Água Doce do Norte, Pedro Canário e Nova Venécia.

O maior esforço de investimentos da Companhia ocorreu ainda antes da

assinatura dos contratos com as PPPs, nos municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, com recursos da ordem de mais de R\$ 730 milhões. Além de fazerem parte da região mais populosa do Espírito Santo, há o compromisso da Cesan em acelerar a universalização dos serviços de esgoto cumprindo, inclusive de forma antecipada, às metas estabelecidas pelo novo marco do saneamento.

Histórico dos investimentos

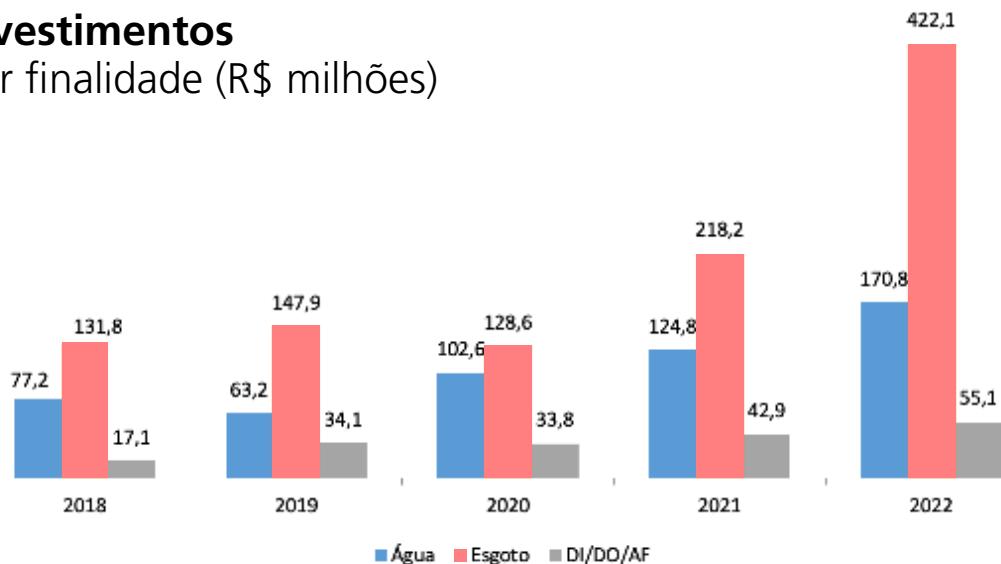
	Valores em milhões
2010 - 2018*	218,00
2019	245,25
2020	264,97
2021	386,00
2022	647,97

(*) média anual de 2010 a 2018

A Cesan trabalha com a meta de antecipar a universalização dos serviços de esgoto em Serra, Vila Velha e Cariacica antes dos prazos estipulados nos contratos

Investimentos

por finalidade (R\$ milhões)



Comitê monitora expansão e melhorias nos sistemas

A programação de investimentos da Cesan para expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário é acompanhada pelo Comitê Estratégico de Investimentos (Competi), órgão interno de assessoramento da Diretoria. O comitê atua no monitoramento da execução da carteira de projetos e programas estratégicos, orientando na definição das prioridades e nos critérios de seleção.



Os investimentos realizados pela Companhia são acompanhados pelo Competi

Criado em 2018 e sob a coordenação da Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente da Companhia, tem como função também interagir com todos os gestores de projetos e subsidiar a Diretoria na tomada de decisão.

Em reuniões mensais, analisa a execução orçamentária dos investimentos, os projetos estratégicos implantados no prazo e o índice de cumprimento das ações dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

Programa Gestão Integrada das Águas e da Paisagem

Um terço dos investimentos da Cesan em 2022 foi direcionado ao Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, maior conjunto de ações já realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, tendo parte do contrato destinado a obras de saneamento básico. O programa tem ainda outras frentes de atuação com foco na melhoria da gestão sustentável dos recursos hídricos e o uso racional dos solos, de responsabilidade de outras instâncias do governo estadual.

Com um plano de obras robusto, iniciado em 2017 e previsto para ser entregue até junho de 2024, o programa é financiado pelo Banco Mundial e totalizará US\$ 247 milhões. Desses, US\$ 172 milhões aportados pela instituição e US\$ 75 milhões como contrapartidas da Cesan e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo (Fundágua).

Os investimentos são direcionados a áreas estratégicas, urbanas e rurais, e preveem a implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário de 16 municípios, em diversas regiões do Espírito Santo, com melhoria da eficiência nos sistemas. Em 2022, avançou com 18 frentes de obras.

Os municípios a serem contemplados são: Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço e Marechal Floriano (obras entregues); Afonso Cláudio, Apiacá, Cariacica, Conceição do Castelo, Dores do Rio Preto (Sede e Pedra Menina), Domingos Martins, Ibatiba, Irupi, Iúna, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Viana e Vila Velha.

Essas obras do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem são realizadas concomitantemente com a implantação de ligações intra-domiciliares, o que garante a efetividade do sistema de esgotamento sanitário. Como benefícios, estão a conexão de 44.898 novos domicílios à rede de coleta e tratamento de esgoto, beneficiando 267.037 pessoas e removendo 5.155 toneladas de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) dos corpos hídricos receptores do efluente das ETEs. Significará a possibilidade de coleta e tratamento de mais de 1.200 litros de esgoto por segundo.

Em 2022, o programa realizou obras especialmente em municípios das microrregiões Metropolitana da Grande Vitória, do Caparaó e Central Serrana.



A ETE de Iúna fez parte das obras do programa em andamento em 2022

Obras do Programa Gestão Integrada das Águas e da Paisagem

Obra	Serviços	Investimento Total	Investimento até dez/22	Status	População Beneficiada
Sistema de Esgotamento Sanitário de Conceição do Castelo	Estação de tratamento (15 l/s), construção de redes (20 km), estações elevatórias de esgoto bruto (3), ligações domiciliares e intradomiciliares (1.392)	12.987.583,23	12.323.041,82	Concluído	6.284
Sistema de Esgotamento Sanitário de Divino São Lourenço	Estação de tratamento (5 l/s), construção de redes (8,1 km), estações elevatórias de esgoto bruto (3), redes de recalque (870 m) e ligações domiciliares e intradomiciliares (638)	6.416.118,91	6.097.862,50	Concluído	2.308
Sistema de Esgotamento Sanitário de Marechal Floriano	Construção de redes (7,3 km), estações elevatórias de esgoto bruto (2), redes de recalque (316 m) e ligações domiciliares e intradomiciliares (990)	5.217.331,73	4.950.419,38	Concluído	5.656
Sistema de Esgotamento Sanitário de Cariacica (Bandeirantes, Nova Rosa da Penha e Cariacica Sede)	Expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) nos bairros Bandeirantes e Nova Rosa da Penha com instalação de novas redes (156 km), construção de estações elevatórias de esgoto bruto (47), redes de recalque (18 km), novo emissário para ETE Nova Rosa da Penha. Complementação do SES Cariacica Sede, com a recuperação da ETE (capacidade de 35 l/s), emissário e estação elevatória de esgoto bruto (1). Implantação de ligações domiciliares e intradomiciliares (10.429)	188.105.732,43	77.147.988,92	Em andamento	44.684
Sistema de Esgotamento Sanitário de Cariacica (rev. Viana bairros)	Expansão das redes de esgoto em Viana Bairros, construção de redes (29 km), construção de estações elevatórias de esgoto bruto (9), redes de recalque (12 km) e ligações domiciliares e intradomiciliares (3.070)	52.070.106,76	36.324.961,64	Em andamento	12.238
Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Velha (Grande Terra Vermelha)	Expansão da capacidade da estação de Ulisses Guimarães com nova unidade (150 l/s), emissário e miniusina fotovoltaica, construção de redes (160 km), construção de estações elevatórias de esgoto bruto (41), redes de recalque (14 km) e ligações domiciliares e intradomiciliares (9.561)	303.961.360,71	42.302.763,76	Em andamento	42.252
Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Velha (Araçás)	Expansão da capacidade da estação de tratamento de Araçás de 400 para 900 l/s	257.262.009,29	18.967.867,40	Em andamento	75.218
Sistema de Esgotamento Sanitário de Conceição do Castelo	Complementação do sistema com ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) para 85 l/s (UASB apenas 1ª etapa com 55 l/s), construção de redes (37 km), estações elevatórias de esgoto bruto (9), ligações domiciliares (2.598) e ligações intradomiciliares (1.444)	66.637.550,41	24.767.888,28	Em andamento	11.582
Sistema de Esgotamento Sanitário de Ibatiba	Reabilitação e ampliação da Estação de tratamento de Esgoto (32,5 l/s), construção de redes (43,5 km), estações elevatórias de esgoto bruto (5) e ligações domiciliares e intradomiciliares (4.156)	30.471.958,30	20.947.353,95	Em andamento	12.914

Obras do Programa Gestão Integrada das Águas e da Paisagem

Obra	Serviços	Investimento Total	Investimento até dez/22	Status	População Beneficiada
Sistema de Esgotamento Sanitário de Dores do Rio Preto	Estação de tratamento (6 l/s), construção de redes (7,9 km), estações elevatórias de esgoto bruto (2) e ligações domiciliares e intradomiciliares (873).	9.356.009,65	5.919.871,18	Em andamento	2.602
Sistema de Esgotamento Sanitário de Iúna	Reabilitação e ampliação da estação de tratamento (36 l/s), construção de redes (38,5 km), estações elevatórias de esgoto bruto (6) e ligações domiciliares e intradomiciliares (4.900)	31.295.268,39	19.148.830,64	Em andamento	16.345
Sistema de Esgotamento Sanitário de Irupi	Estação de tratamento (12 l/s), construção de redes (11,6 km), estações elevatórias de esgoto bruto (2) e ligações domiciliares e intradomiciliares (1.345)	12.648.740,88	7.528.044,38	Em andamento	4.559
Sistema de Esgotamento Sanitário de Domingos Martins	Reabilitação e ampliação da estação de tratamento (24 l/s), construção de redes (2,3 km), estações elevatórias de esgoto bruto (3), ligações domiciliares (306) e ligações intradomiciliares (291)	12.585.375,15	2.126.654,99	Em andamento	5.962
Sistema de Esgotamento Sanitário de Pedra Menina	Estação de tratamento (5 l/s), construção de redes (4,8 m), estação elevatória de esgoto bruto (1) e ligações domiciliares e intradomiciliares (395)	7.778.680,97	1.887.930,08	Em andamento	1.623
Sistema de Esgotamento Sanitário de Afonso Cláudio	Complementação do sistema com recuperação ambiental da estação existente (40 l/s), construção de redes (10 km), estações elevatórias de esgoto bruto (3), ligações domiciliares (936) e ligações intradomiciliares (1.319)	12.990.897,06	3.219.939,61	Em andamento	2.534
Sistema de Esgotamento Sanitário de Apiaçá	Estação de tratamento (12,6 l/s), construção de redes (16,9 km), estações elevatórias de esgoto bruto (2), ligações domiciliares (1.789) e ligações intradomiciliares (1.869)	24.532.322,81	4.598.848,35	Em andamento	5.098
Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Maria de Jetibá	Reabilitação e ampliação da estação de tratamento (28,68 l/s), construção de redes (31 km), estações elevatórias de esgoto bruto (4) e ligações domiciliares e intradomiciliares (962)	33.415.347,86	26.605.127,34	Em andamento	12.507
Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Leopoldina	Implantação de estação de tratamento (9 l/s), instalação de redes (9,9 km), estações elevatórias de esgoto bruto (4) e ligações domiciliares e intradomiciliares (1.075)	18.104.727,88	13.299.302,08	Em andamento	2.671
Total		1.085.837.122,41	328.164.696,30	30%	267.037

Nos investimentos já iniciados e que avançarão em 2023, dois, localizados em Vila Velha, merecem destaque: a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Araçás e a complementação do esgotamento sanitário da Grande Terra Vermelha. Essas iniciativas beneficiarão 117 mil habitantes.

Na região da Grande Terra Vermelha serão construídos 159 km de redes de esgoto, 42 elevatórias e uma ETE com capacidade para tratar 150 litros por segundo. Em Araçás, a ampliação da ETE elevará sua capacidade de tratamento de esgoto de 400 para 900 litros por segundo.

PPPs aceleram serviços de esgoto em Cariacica, Serra e Vila Velha

Visando acelerar a universalização do sistema de esgotamento sanitário na Grande Vitória, a Cesan conta com três contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em andamento, nos municípios de Serra, Vila Velha e Cariacica, tendo como parceiras privadas empresas do Grupo Aegea Saneamento, vencedoras das licitações. Em 2022, as obras de implantação e ampliação de rede de esgoto somaram 137.000 metros de novas redes coletoras, interceptores e linhas de recalque e 7.000 novas ligações.

Com isso, a Cesan avança no objetivo de promover a universalização, garantindo o atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto até 2023 na Serra; até 2028 em Vila Velha; e até 2031 em Cariacica. Juntos, terão mais de 3.000 km de redes coletoras de esgoto.

Modelo de operações que mantém a Companhia como uma referência no Brasil no desenvolvimento e na gestão desse tipo de contrato, os

investimentos por meio das PPPs e de Subconcessão totalizarão R\$ 2 bilhões e irão beneficiar diretamente mais de 1,9 milhão de pessoas.

Somente em 2022, a Cesan investiu mais de R\$ 100 milhões nas três PPPs e tratou 16 milhões de metros cúbicos de esgoto no município de Serra, 15 milhões em Vila Velha e 4 milhões em Cariacica. Esse montante corresponde a 9.200 piscinas olímpicas de esgoto devidamente tratado devolvido à natureza.

No município de Vitória o esgotamento sanitário já atingiu 90%, conforme o marco legal, por meio do Programa Águas Limpas, desde 2012. Os serviços vão avançar mais com a interligação das redes construídas pela Prefeitura de Vitória, no projeto Terra, e a Orla Noroeste.

Já Viana alcançará a universalização em 2025 com o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem.

PPP de Cariacica

A mais recente PPP, iniciada em abril de 2021, inclui a construção de novas estruturas, como Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e Estações Elevatórias, além de obras de melhoria e ampliação nos sistemas atuais, a operação e a manutenção dos serviços. Somente esses investimentos, previstos para o ciclo 2021-2026, contemplam recursos da ordem de R\$ 120 milhões e irão beneficiar uma população estimada de 400 mil pessoas.

Desde o início da operação, o número de imóveis conectados na rede coletora saltou de 49 mil, em 2021, para 51 mil, em 2022, elevando o volume de esgoto tratado de 4,3 milhões m³ para 6 milhões de m³ no mesmo período.

A ETE de Araçás terá capacidade de tratamento de esgoto ampliada



PPP de Serra

Primeira PPP firmada pela Cesan no Espírito Santo, em 2015, contempla a universalização do serviço de saneamento em 2023, chegando ao patamar de 95% de cobertura, ou seja, 5% a mais que prevê o Novo Marco Legal do Saneamento, com dez anos de antecipação. Desde o início da operação, o número de imóveis conectados na rede coletora da Companhia aumentou de 78 mil imóveis, em 2014, para 152 mil, em 2022, com o volume de esgoto tratado passando de 8 milhões de m³ para 16 milhões de m³.

PPP de Vila Velha

Com início em 2017, compreende investimentos na ordem de R\$ 200 milhões até 2026. Desde o começo da operação, o número de imóveis conectados na rede coletora da Cesan no município cresceu de 89 mil imóveis, em 2016, para 115 mil em 2022. O volume de esgoto tratado aumentou de 12 milhões de m³ para 15 milhões de m³ no mesmo período.

Implantação de novas redes e ligações de água e esgoto

O crescimento dos municípios, com a construção e ampliação de imóveis, é acompanhado e recebe investimentos em saneamento básico pela Cesan. Em 2022, nos 53 municípios da sua área de atuação, a Companhia construiu 172 km de redes de distribuição de água tratada e 188 km de redes coletoras de esgoto. Elas responderam por 12,5 mil novas ligações com fornecimento de água tratada e 13,5 mil ligações com esgoto coletado e tratado. Foram 27 mil novos imóveis conectados à rede de esgoto.

Estação de Produção de Água de Reúso (EPAR)

Com foco em novas soluções sustentáveis, a Cesan deu continuidade ao projeto que visa à construção, à operação e à manutenção de uma Estação de Produção de Água de Reúso (EPAR) no município de Serra.

A iniciativa, inédita, prevê uma subconcessão destinada à produção de água de reúso para processos industriais a partir do tratamento de esgotos sanitários, com a desativação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Camburi, em Vitória.

O marco inicial aconteceu em 2021, com formalização da parceria com a ArcelorMittal Tubarão, através da assinatura do Procedimento de Manifestação de Interesse

(PMI). Pelo termo de acordo, a siderúrgica fará a doação de uma área de aproximadamente 11 mil m² para a Cesan, onde a EPAR será construída, e, em contrapartida, terá prioridade na compra da água produzida pela estação por um período de até 27 anos, para consumo nos seus processos industriais.

O projeto contemplará a construção de uma ETE com capacidade de produzir até 200 litros de água de reúso por segundo para fins industriais, uma Estação Elevatória de Esgoto Bruto e uma Rede de Recalque, ambas de Camburi até o Polo Industrial da Serra. Há, ainda, no projeto, a desativação e o aterro das lagoas da estação de Camburi.

A EPAR, assim, vai contribuir para ampliar a capacidade de tratamento de esgoto na Grande Vitória e reduzir o volume de água captado do Rio Santa Maria da Vitória para utilização da ArcelorMittal Tubarão, disponibilizando esse recurso para a população e somando para a segurança hídrica.

O processo licitatório para a construção e a operação da EPAR está em tramitação. Com investimentos previstos da ordem de R\$ 150 milhões, o projeto beneficiará em torno de 150 mil habitantes, incluindo a zona norte de Vitória e o sistema Eurico Salles, composto por seis bairros de Serra.



O rejuvenescimento de bombas de grande porte possibilita a eficiência operacional das estações elevatórias

Eficiência energética e gestão dos custos energéticos

O uso eficiente da energia, com os objetivos de promover a redução de custos, contribuir para a preservação do meio ambiente e possibilitar que este item tenha menor impacto na composição dos custos que determinam a tarifa de água e esgoto, recebeu atenção especial da Cesan em 2022. Uma ação de destaque foi o rejuvenescimento de 14 bombas de grande porte, uma reforma completa que traz maior garantia de rendimento e otimização do bombeamento nas principais estações elevatórias.

O monitoramento e a gestão de índices elétricos avançaram com a implantação de equipamentos e sistemas informatizados voltados à medição e à análise de indicadores de consumo e da qualidade da energia elétrica. O monitoramento passou a ser on-line, apresentando análise histórica de parâmetros elétricos diversos.

Os contratos de fornecimento de energia elétrica são monitorados na Cesan para que a contratação seja adequada à realidade operacional de cada unidade consumidora. Essa ação, com as alterações contratuais, gerou em 2022 um custo evitado de R\$ 1,2 milhão.



Os contratos são monitorados para estarem adequados às necessidades da Cesan

Outros projetos estratégicos

Usina fotovoltaica

Em 2022, a Cesan realizou a licitação para implantação de uma usina fotovoltaica (solar), que entrará em operação no primeiro trimestre de 2024. Com investimentos de R\$ 67 milhões, a unidade terá capacidade de produzir 11.000MWh/ano, o que corresponde a aproximadamente 45% de toda energia elétrica que a Companhia consome em unidades alimentadas em baixa tensão.

Mercado Livre

Uma consultoria de energia elétrica na área de migração e gestão de contratos para novo Ambiente de Contratação Livre (ACL) foi contratada para apoiar a Cesan visando à redução dos custos. A migração das unidades consumidoras será gradual ao longo de 2023. Em cinco anos, a estimativa é ter uma economia da ordem de R\$ 120 milhões com a contratação de energia elétrica.

Segurança hídrica com Barragem dos Imigrantes

Um passo importante no projeto de construção da Barragem dos Imigrantes, estratégica para a garantia, no futuro, da segurança hídrica para cerca de 1,2 milhão de moradores dos municípios de Cariacica, Vila Velha e Vitória, foi dado em 2022. O Estudo de Impacto de Vizinhança da barragem foi apresentado e discutido em audiência pública em junho, com o objetivo de promover a participação e o controle social na execução do empreendimento, que tem previsão de passar por licitação no ano 2023.

Localizada na região Vista Linda, entre Viana e Domingos Martins, a barragem receberá da Cesan investimentos de R\$ 96 milhões. Com uma concepção sustentável que busca reduzir impactos sociais e ambientais, a barragem

será capaz de armazenar 23 bilhões de litros de água. O volume de água represada seria suficiente para abastecer por cerca de seis meses até 1,2 milhão de habitantes.



Situada entre Viana e Domingos Martins, a barragem terá capacidade para armazenar 23 bilhões de litros de água

Estratégia e gestão



Governança corporativa

A governança corporativa da Cesan atende à Lei 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias nos âmbitos federal, estadual e municipal. Sua estrutura está em sintonia com as boas práticas de mercado

e recomendações para as atividades no segmento de saneamento básico.

A estrutura da governança é formada pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Colegiada. Fortalecendo a gestão e a boa governança, também

fazem parte o Comitê de Auditoria Estatutária, o Comitê de Elegibilidade e a unidade de Auditoria Interna. Em sua atuação, a Cesan conta também com auditoria externa independente. Para saber mais sobre a estrutura de governança da Companhia, acesse <https://www.cesan.com.br/a-cesan/>.

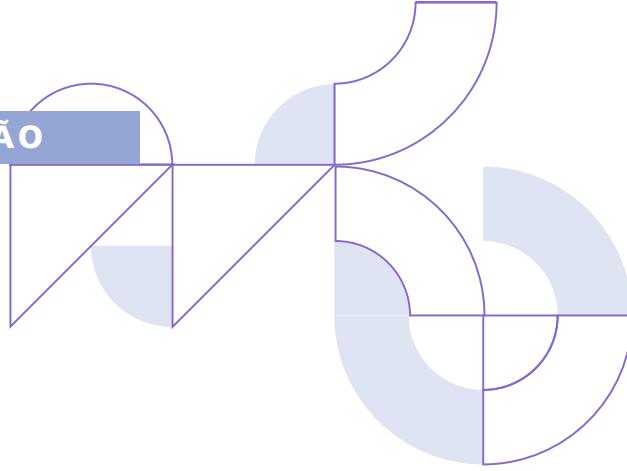
Planejamento Estratégico como guia

O Planejamento Estratégico é a principal ferramenta de gestão para atingimento da Visão e Missão da Cesan, planejamento e mensuração do desempenho operacional e estratégico. Na construção da estratégia a empresa utiliza a metodologia Balanced Scorecard (BSC), para ciclos bianuais, em três etapas: Seminário de Reflexão Estratégica, Seminário de Revisão Estratégica das Diretorias e Seminário de Alinhamento Estratégico com a participação dos empregados.

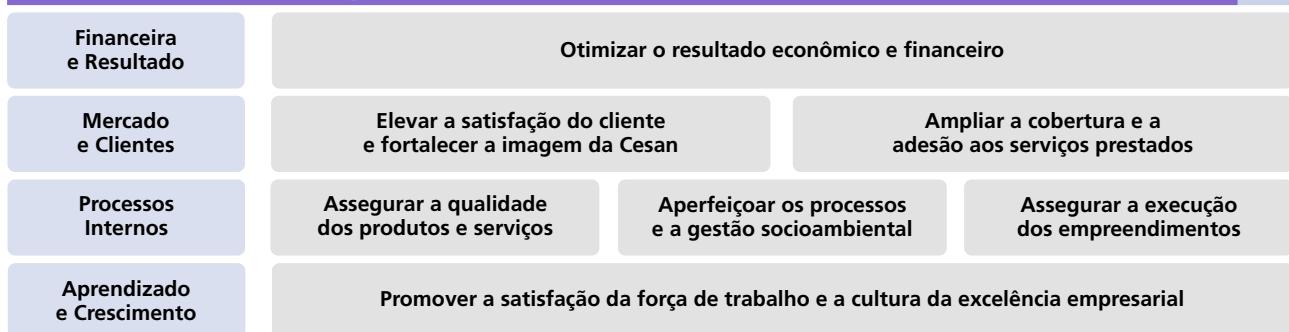
Os indicadores estratégicos são desdobrados em planos de trabalho pelas gerências e coordenadorias com definição das metas. Já o acompanhamento da execução ocorre em

reuniões bimestrais realizada pela Diretoria, em conjunto com os gerentes e coordenadores, com apoio do Comitê Permanente de Gestão Estratégica.

Nos encontros são discutidos os resultados dos indicadores estratégicos, comparados aos respectivos referenciais e requisitos das partes interessadas, bem como os principais resultados do orçamento da Companhia, dos investimentos e de outros temas relevantes. Ao final das reuniões são estabelecidas ações a serem executadas para a melhoria dos resultados. O acompanhamento dos indicadores estratégicos é disponibilizado pela intranet, a todos os empregados.



Mapa estratégico



Índice

Índice de avaliação dos serviços prestados	78,3%
Índice de qualidade da água distribuída	97,6%
Índice de realização dos compromissos ambientais	105,1%
Índice de conformidade da gestão	99,0%

Uma melhoria adotada no ano foi a inclusão de indicadores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) no Planejamento Estratégico da Cesan. Com isso, a Companhia passou de 17 para 25 indicadores.

Revisão da estrutura organizacional

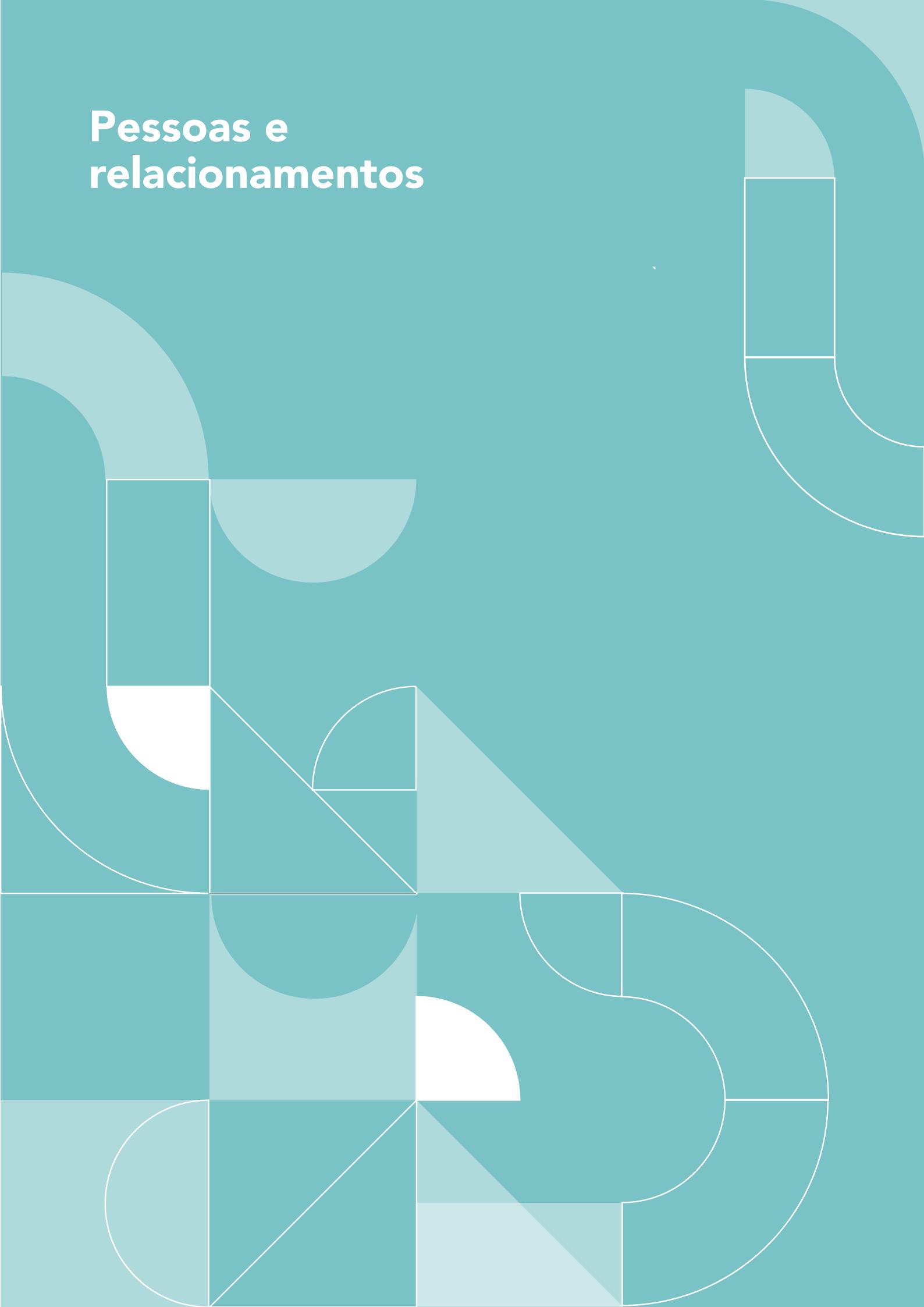
Com o objetivo de orientar as transformações rumo a uma estrutura organizacional mais alinhada às novas demandas da sociedade, com foco inclusive na expansão da sua abrangência para além do território capixaba, a Cesan está desenvolvendo um estudo com uma consultoria contratada. O estudo irá auxiliar o processo de alinhamento da empresa ao

mercado a partir do Novo Marco Legal do Saneamento, indicando formas de aprimorar a gestão para atender às expectativas dos diferentes públicos, garantindo maior solidez financeira e agilidade administrativa.

Previsto para ser desenvolvido em quatro etapas, o estudo já fez duas entregas: o diagnóstico da Companhia

e o processo para que fosse pleiteado junto à ARSP o atestado de capacidade econômico-financeira para universalizar os serviços de saneamento nos municípios atendidos até o ano de 2033, conforme prevê a Lei Federal 11.445/2007. O atestado é uma exigência do Decreto Federal 10.710/2021, que regulamentou o marco regulatório do saneamento.

Pessoas e relacionamentos



Pessoas no alicerce das entregas

O modelo de gestão de pessoas implementado pela Cesan busca oferecer condições favoráveis a um ambiente de trabalho que estimule o bom desempenho. A Política de Gestão de Pessoas está estruturada em cinco pilares: Agregar, Reconhecer, Cuidar, Desenvolver e Aplicar, com diretrizes e responsabilidades alinhadas ao Planejamento Estratégico.

O foco é fortalecer o relacionamento empresa e empregados, além de estimular a participação, interação e integração dos profissionais, das equipes e das áreas. O documento também norteia as práticas de valor e os programas de gestão; e estimula a qualificação, a saúde, a segurança, o comprometimento e o engajamento nos projetos para gerar vantagens competitivas para a Companhia e promover o desenvolvimento das pessoas.

Em 2022, o quadro próprio da Companhia foi composto por 1.296 pessoas. Desse total, 71% homens e 29% mulheres, distribuídos nas seguintes faixas etárias: até 30 anos 3%; de

31 a 50 anos 59%; e acima de 51 anos, 38%. A empresa teve em sua atuação, ainda, 41 menores aprendizes e 68 estagiários.

Dos empregados, 66% possuem o ensino médio e técnico e 34% têm nível universitário. Com relação à distribuição por etnia, há 55% brancos, 34% pardos/negros, 0,5% amarelo/indígena, auto declarado e 10,6% não declarados.

Clima organizacional em foco

As ações de atuação corporativa foram estabelecidas junto ao Comitê Gestor do Clima, sendo o monitoramento realizado pelas próprias unidades pelo indicador já estabelecido como Índice de Conclusão de Plano de Ação do Clima Organizacional. As ações desenvolvidas na gestão do clima contemplando o fator carreira tiveram prosseguimento em 2022, por meio da implantação do Programa Novos Líderes, com a seleção e habilitação de 76 empregados. Essa seleção servirá para a tomada de decisões nas designações de forma que possam assumir cargos de gestão.

No ano, a Cesan realizou, ainda, a capacitação da segunda turma para as competências de gestão. Outras iniciativas de destaque foram as ações continuadas como o aproveitamento das intenções de movimentação cadastradas pelo Banco de Movimentação Interna. Ao todo, foram realizadas 39 movimentações e lançados 24 editais visando oportunizar o crescimento dos empregados.



O Programa Novos Líderes capacitou 76 empregados em 2022

Como melhoria do processo de promoção funcional, foi criado o Exame de Recrutamento Interno da Cesan (ERIC), que consiste na aplicação de prova objetiva e de redação. A nota, válida por dois anos, irá compor a avaliação técnica dos próximos Editais de Promoção Funcional nas carreiras de Assistente de Saneamento e Gestão e Técnico de Saneamento.

Treinamento

A Companhia investiu na capacitação e no desenvolvimento de seus empregados, em 2022, totalizando 43.330 horas de treinamento, o que representa uma média de 36,80 horas por empregado. A Plataforma de Educação a Distância - Cesan Educ@ respondeu por 12,15% dos treinamentos (5.263 horas), com um total de 50 treinamentos sobre temas comportamentais, sistemas internos corporativos e liderança.

Por meio do Programa de Desenvolvimento Integral foi realizado o Transforme-C! (Programa de Transformação Cultural e Engajamento), que, em três fases, abordou os temas conscientização, compromisso e comprometimento; pertencimento e empatia; e orgulho e compartilhamento. Ao longo do ano foram realizados 60 encontros, que somaram mais de 500 participações.

O Programa Novos Líderes, uma novidade em 2022, treinou os participantes nos temas liderança positiva; compliance; e gestão de pessoas e saneamento, compreendendo uma carga horária de 26 horas.



A Companhia realizou 43.330 horas de capacitação e desenvolvimento de seus empregados, entre treinamentos práticos, teóricos e comportamentais



Cientes no centro das atenções

Com respeito aos direitos do consumidor e buscando a satisfação em níveis elevados, com preços justos pelos serviços de tratamento e distribuição de água, e pela coleta e o tratamento do esgoto, a Cesan, dentro de parâmetros legais, tem como clientes 968.782 imóveis, sendo 885.034 residenciais, 77.767 comerciais, 1.013 industriais e 4.968 instituições públicas.

A jornada dos clientes conta com o suporte de call center, agências de atendimento presencial, agência virtual e sistema comercial.



Canais de atendimento

O ano de 2022 trouxe o desafio de ampliar o acesso digital aos serviços da Cesan. Além da Agência Virtual, que recebe aprimoramento contínuo para proporcionar mais facilidade aos clientes, a Companhia disponibilizou o atendimento pelos canais e redes sociais Telegram, Instagram, Facebook e WhatsApp.

O projeto piloto de Videoatendimento, com agendamento para grandes consumidores, apresentou resolutividade satisfatória, passando a integrar em definitivo as opções de atendimento. O canal permite a troca de documentação em tempo real, solucionando demandas dos clientes com agilidade e bom nível de aprovação.

Unidades de atendimento presencial

Os clientes, além dos diversos canais e ferramentas on-line de comunicação e interação disponibilizados pela Companhia, contam também com 54 unidades para atendimento presencial. Nesses espaços podem solicitar todos os serviços junto à Cesan, como ligação de água e esgoto, segunda via da conta, parcelamento de débitos, entre outros.

Em 2022, visando padronizar e destacar a imagem da Cesan nos municípios foi criado o Manual de identidade visual das unidades de atendimento. O desafio para 2023 e 2024 é implantar a nova estrutura em todas as Agências de Atendimento.



A nova identidade visual das unidades de atendimento será implementada gradualmente

Unidades Móveis de Atendimento

As iniciativas para estar mais próxima, antecipar a identificação das necessidades e agilizar a solução das demandas dos clientes ganharão um reforço adicional. Em 2022, a Cesan concluiu a licitação para implantação de duas unidades móveis de atendimento, previstas para serem entregues no primeiro semestre de 2023.

Os veículos serão utilizados como postos de atendimento itinerantes, levando os serviços para mais localidades e eventos com participação estratégica para a Companhia. As duas unidades já serão entregues pela empresa vencedora da licitação com a nova comunicação visual aplicada.

Negociações de débitos

O ano foi marcado por uma intensa mobilização com o intuito de apoiar os clientes na regularização de débitos. A Cesan, em parceria com os órgãos de defesa do consumidor, participou de mais de 60 eventos para negociação de débitos.

Nos feirões e nos canais de atendimento da Companhia, os clientes puderam contar com condições especiais para negociação de débitos, contemplando isenção da cobrança de juros e multas, além de possibilitar o parcelamento das dívidas sem juros em até 100 vezes dependendo da condição do cliente. Como resultado, foram realizadas aproximadamente 24 mil negociações.

Nível de satisfação do atendimento

Elevar a satisfação do cliente faz parte dos objetivos estratégicos da Cesan, que realiza pesquisa anualmente. Em 2022, as entrevistas foram realizadas entre 20 de junho e 3 de agosto, com 3.006 clientes distribuídos em todos os municípios em que a Companhia atua.

O Índice de Satisfação dos Clientes (ISC) obtido foi de 69,66%. Para 2023, visando melhorar o nível de satisfação, a empresa irá elaborar um plano de ação para atuar nos principais aspectos abordados.

Fomento à inovação

A Cesan participou do ciclo 2022 do Programa de Empreendedorismo Industrial, uma iniciativa do Findeslab, o hub de inovação da indústria capixaba que conecta startups para desenvolverem soluções inovadoras às empresas locais.

A Companhia lançou dois desafios no 4º Ciclo do Programa de Empreendedorismo Industrial: um relacionado à redução do tempo de atendimento de serviços e outro para a priorização dos serviços de tratamento das ocorrências graves de leitura focado na redução de perdas. O resultado do processo, com a definição das startups aprovadas, será conhecido em fevereiro de 2023.

10º Encontro de Inovação

A Cesan premiou nove trabalhos técnicos no 10º Encontro de Inovação e Grand Prix de Inovação, promovido pela Companhia em parceria com o FindesLab. O objetivo foi fomentar a integração dos empregados e estimular soluções criativas para processos internos, com foco na inovação por meio das produções técnica e científica.

Após seleção interna, 27 trabalhos inovadores foram inscritos e 12 se classificaram para concorrer à etapa final nas categorias Operacional e Administrativa, além do Grand Prix. Na categoria Operacional, o trabalho vencedor foi “SIAM Hidro - Data Analytics: Sistema Integrado de Inteligência Artificial e Monitoramento de Dados de Hidráulica”,



A iniciativa busca a integração e estimular soluções criativas na Companhia

enquanto na categoria Administrativa o primeiro lugar ficou com “Medição Digital de Contratos”.

O Grand Prix foi conquistado pelo projeto “Utilização de Redes Neurais Artificiais para previsão de demanda e inferências de vazamentos”. Os dois projetos mais bem votados foram consagrados também por voto popular, sendo um da Categoria Operacional (“SIAM Hidro - Data Analytics: Sistema Integrado de Inteligência Artificial e Monitoramento de Dados de Hidráulica” e um da Categoria Administrativa (Mapeamento de Processos - Aplicação em Processos de Compras).



O encontro de inovação premiou os melhores trabalhos em diversas categorias



Para a prestação dos serviços de água e esgoto a Cesan conta com mais de 1.000 fornecedores ativos e qualificados

Fornecedores comprometidos com os avanços

Os fornecedores de bens, obras e serviços são parceiros estratégicos para assegurar a aquisição de bens e insumos de qualidade superior e a execução de obras e serviços com excelência e eficiência, para que a Cesan possa garantir continuamente a prestação de serviços de saneamento básico de elevado padrão aos seus clientes. A empresa possui mais de 1.000 fornecedores ativos e qualificados.

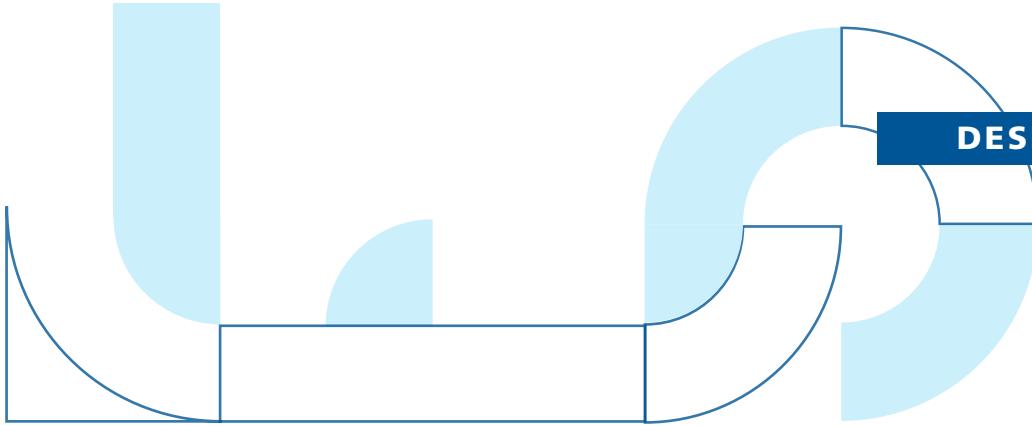
Em 2022, a Cesan realizou 493 contratações com fornecedores diversos, cadastrados regularmente, para obras, serviços e aquisição de bens, totalizando R\$ 622 milhões em compras realizadas.

Considerando que o core business da Companhia é o tratamento de água e esgoto, o recurso indispensável para exercer seu objeto social é o fornecimento de produtos químicos utilizados nos processos de tratamento. No ano, esses itens somaram compras de R\$ 24,2 milhões.

O principal contrato de serviços é o fornecimento de energia elétrica, que representou 10,5% da receita operacional bruta da Companhia.

Desempenho financeiro e operacional





Principais resultados em 2022

Mesmo com o investimento recorde e alta inflação, a Cesan manteve a sua liquidez financeira, com captações de recursos com instituições financeiras no mercado local. Ciente dos desafios trazidos pelo Novo Marco Legal do

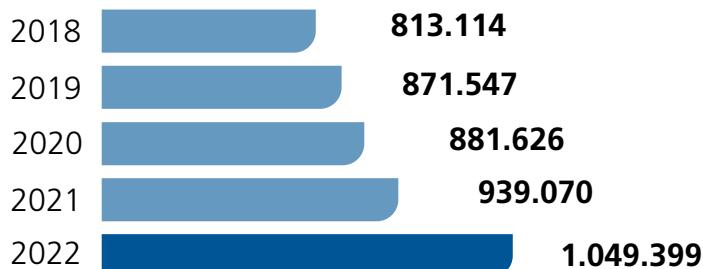
Saneamento Básico, a Companhia buscará novas fontes de investimento ao longo dos próximos anos que permitam a manutenção da sua capacidade econômico-financeira e, assim, atingir as metas estabelecidas.

Receitas

A Receita Operacional Líquida chegou a R\$ 1,05 bilhão, um aumento de 11,75% na comparação com o ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para o aumento foram o reajuste tarifário de 13,09% concedido pela ARSP a partir de 01/08/2022; o aumento do número de ligações de água e esgoto; e o aumento do volume faturado.

Cinco contratos de concessão respondem por 80,2% das Receitas Operacionais, tendo tido, em 2022, seus Contratos de Programa renovados por mais de 21 anos.

Receita operacional líquida



As Receitas Operacionais se concentram no serviço de abastecimento de água na categoria residencial. As provenientes do uso residencial (incluindo a Tarifa Social) representaram 70,1% do total da Receita Operacional em 2022.

Receita operacional bruta

Categoria	R\$ em milhões	
Residencial	798,5	68,9%
Demais	360,4	31,1%
Total	1.158,8	100,0%

	Água	Esgoto
2018	631.216	266.930
2019	670.779	291.647
2020	679.095	293.706
2021	722.584	314.835
2022	790.121	368.716

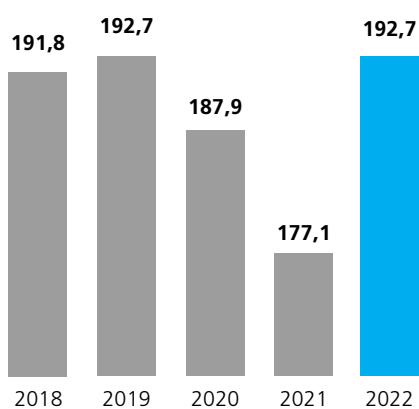
A capacidade econômico-financeira da Cesan atende plenamente aos referenciais de margem líquida sem depreciação e amortização superior a zero, ao grau de endividamento inferior ou igual a um, ao retorno sobre patrimônio líquido superior a zero e à suficiência de caixa superior a um.

Lucro líquido

O Lucro Líquido da Cesan em 2022 foi de R\$ 192,7 milhões, um crescimento de 8,80% em relação ao resultado de 2021, reflexo do reajuste tarifário anual de 13,09% a partir de 1º de agosto de 2022.

Também contribuiu para esse alcance a gestão direcionada para o atingimento dos resultados, mantendo o compromisso com o bem-estar social e os avanços nos serviços de água e esgoto.

(R\$ milhões)



EBITDA e Margem de EBITDA

Em 2022, o EBITDA atingiu R\$ 307,4 milhões, contra R\$ 272,3 milhões em 2021. A Margem EBITDA permaneceu estável em 29%, em virtude da variação das despesas controláveis (11,3%) terem sido similares aos da receita líquida (11,7%), motivadas,

principalmente, pelo crescimento das despesas de pessoal (R\$ 36,3 milhões), tendo como um dos impactos o Programa de Incentivo a Demissão Voluntária (PIADV), e pelos serviços de terceiros sem energia (R\$ 43,2 milhões).

Despesa com energia

Mesmo com o reajuste de 12,46% na tarifa de energia aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em agosto de 2022 para as indústrias e os clientes atendidos com alta tensão, a despesa com energia elétrica, a principal da Cesan após a de pessoal, teve uma

diminuição de 3,2%. O menor desembolso com este item deve-se à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feita em julho pelo Governo do Espírito Santo, que baixou a alíquota de 25% para 17%, assim como foi feito com os combustíveis.

Captação de recursos

Com o objetivo de expandir a oferta de serviços para seus clientes e atender às metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), a Cesan contrata capital de terceiros de instituições financeiras públicas, como o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste (áreas de abrangência da Sudene no Espírito Santo).

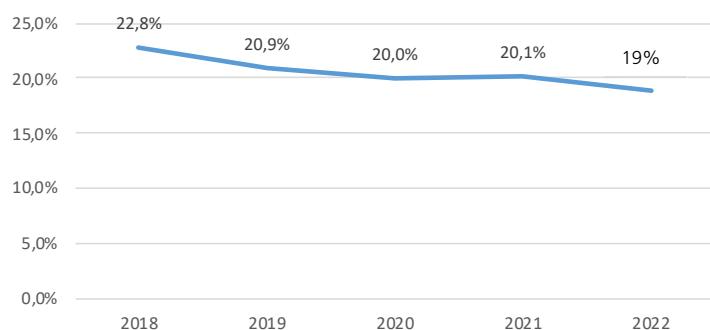
Instituição financeira	Capital contratado
BNDES	R\$ 64 milhões
CEF	R\$ 38 milhões
Banco do Nordeste	R\$ 19,6 milhões

Paralelamente, a Companhia recebeu do Estado do Espírito Santo, seu maior acionista, como Crédito para Aumento de Capital, o valor de R\$ 110,9 milhões destinado à execução das obras do Programa de Gestão das Águas e da Paisagem e obras para o Serviço de Esgotamento Sanitário do município de Pancas. Essa iniciativa demonstra o compromisso do Estado em capitalizar a Cesan para universalizar o saneamento básico nos municípios onde atua.

Endividamento

A Cesan encerrou o exercício de 2022 com um Ativo Total de R\$ 4,3 bilhões, Patrimônio Líquido de R\$ 3,5 bilhões e Dívida Total de R\$ 821,2 milhões. O índice de endividamento sobre o Ativo foi 19%, um reflexo da decisão do acionista majoritário em aportar recursos no caixa da Companhia para a execução de obras por meio do aumento de capital ou do reinvestimento de seus dividendos dos últimos anos.

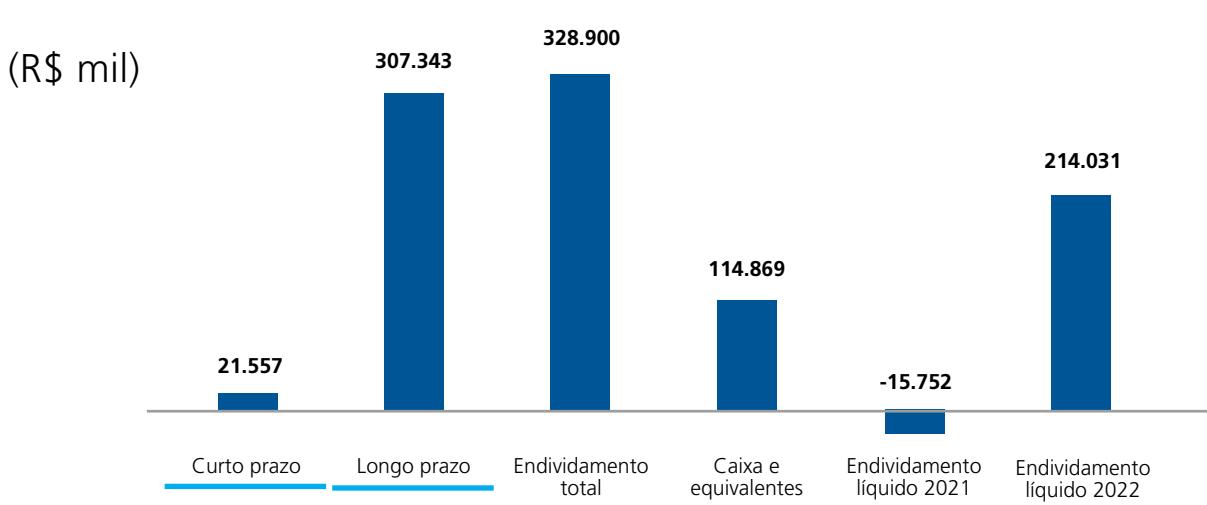
Endividamento sobre o ativo



Dívida Líquida

A Dívida Líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia aumentou para R\$ 214 milhões em 2022, gerado principalmente pela captação de novos

financiamentos para investimentos em obras de saneamento básico e redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa para aplicação no investimento da Cesan ao longo de 2022.



Remuneração dos acionistas

Desde 2005, o acionista majoritário da Cesan, o Estado do Espírito Santo, vem reinvestindo integralmente seus dividendos na Companhia para execução de obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Somente em 2022 o valor reinvestido foi de R\$ 82,2 milhões

contra R\$ 87,8 milhões em 2021. Esta política do Governo do Estado permite a manutenção de grau de alavancagem baixo, possibilitando a contratação de financiamento no mercado financeiro para cumprir os novos desafios e as metas de universalização do saneamento básico.

Coberturas de água e esgoto

O índice de cobertura com água tratada é de 100% e de coleta de esgoto é de 76% da população urbana na área de concessão. O número de ligações de água em 2022 apresentou crescimento, sendo 2,1% superior às realizadas no ano anterior, trazendo como incremento 12.517 ligações de água.

Comportamento semelhante teve as ligações de esgoto: com 13.573 novas ligações, registrou crescimento de 4,7% em comparação ao total realizado em 2021.



Centro de Controle Operacional da Cesan

Ligações de água	2022	2021	Variação (2022/2021)	
			Quantidade	%
Social	46.081	35.147	10.934	31,1%
Residencial	516.952	516.988	-36	0,0%
Comercial	46.018	44.449	1.569	3,5%
Industrial	972	924	48	5,2%
Público	4.597	4.595	2	0,0%
Total	614.620	602.103	12.517	2,1%

Ligações de esgoto	2022	2021	Variação (2022/2021)	
			Quantidade	%
Social	22.311	16.616	5.695	34,3%
Residencial	252.053	244.878	7.175	2,9%
Comercial	25.448	24.612	836	3,4%
Industrial	530	516	14	2,7%
Público	2.199	2.346	-147	-6,3%
Total	302.541	288.968	13.573	4,7%



Em 2022 foram realizadas 274.553 análises de água atestando o atendimento aos parâmetros previstos nas legislações

Qualidade da água

A Cesan realizou, em 2022, 18% a mais de coletas de amostras e 12% a mais de análises do que a legislação vigente determina para todo o ano. Os resultados são divulgados para a sociedade por meio de relatórios da qualidade da água impressos nas faturas de cobrança, mensalmente, bem como nos relatórios da qualidade da água entregues anualmente.

As coletas e as análises são realizadas no manancial, no processo de tratamento, na reservação e na distribuição da água. Em 2022, foram realizadas 274.553 análises nos

laboratórios centrais de água e esgoto da Cesan e de contratados, bem como foram realizadas as análises nas ETAs em operação, análises em amostras de água bruta (captada) e tratada (produzida e distribuída) pela Companhia, em toda a sua área de abrangência, tanto na Região Metropolitana como no interior.

A estrutura de controle da qualidade da Cesan conta com 91 laboratórios localizados nas estações de tratamento de água, além de laboratórios operacionais e um laboratório central localizado no bairro Cobi, no município de Vila Velha.

Monitoramento do esgoto tratado

Nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), a Cesan realiza o controle da qualidade dos efluentes conforme os requisitos legais para lançamento em corpos receptores e em atendimento às condicionantes ambientais do licenciamento de cada unidade operacional. Em 2022, foram realizadas 32.739 análises para monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, de acordo com a legislação vigente.

Para a melhoria do controle operacional, a Companhia realizou ainda outras 1.171 análises de amostras coletadas nos sistemas

de esgotamento sanitário. Também teve continuidade, em 2022, o treinamento de terceirizados nas atividades de coleta e análise para controle da qualidade do tratamento de esgoto, em atendimento às condicionantes ambientais.

Ao longo do ano, os treinamentos foram distribuídos por diversos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo os municípios de Santa Teresa, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo e Bom Jesus do Norte.

Redução de perdas

A sustentabilidade da Cesan e a eficiência operacional no sistema de abastecimento de água são prioridades estratégicas que contam com esforços em todas as áreas. Um deles é um conjunto de ações focadas em reduzir a quantidade de água tratada perdida das redes de distribuição antes de chegar aos clientes, buscando atender às metas pactuadas nos Contratos de Programa dos municípios e estabelecidas no Plano de Negócio da Cesan.

O combate às perdas, sejam elas aparentes (consumos submedidos e não autorizados) ou reais (vazamentos), é orientando pelo uso da Metodologia de Análise e Solução de Problemas (Masp), com interação entre diversas áreas da Companhia. Sistematicamente são avaliadas as variáveis que resultam em perdas e monitorados a execução dos planos de ação e os seus resultados.

Tendo como prioridade os municípios com volumes perdidos significativos, a Cesan inovou ao firmar, em 2022, contratos na modalidade de performance, conhecido como Base Line, para os municípios de Guarapari, Viana e Vitória, com início em fevereiro de 2023. A contratação, que prevê obras de infraestrutura nos primeiros anos, tem como meta reduzir em 20% o volume perdido a partir de 2025. A remuneração da contratada só começará quando for atingindo esse percentual.

A Cesan mantém também ações de rotina na gestão das perdas, que compreendem, entre outras, atualização de hidrômetros, telemetria em grandes consumidores, substituição de redes e implantação de macromedição.

Compromisso socioambiental





Proximidade, participação e monitoramento

Com o objetivo de participar da melhoria das condições de saúde e bem-estar da população, a Cesan atua para estreitar as relações éticas e responsáveis com os diferentes atores da sociedade. Nesse sentido, prioriza a construção de pontes entre clientes, comunidades e governos, de modo a envolver todas as instâncias representativas no desenvolvimento econômico e social do Estado.

O ecossistema que a Cesan mantém relacionamento mais próximo é composto principalmente pela população vizinha às unidades dos sistemas de água e esgoto, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, especialmente os relacionados ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Também



A Cesan se reúne com lideranças comunitárias para compartilhar a sua atuação e identificar demandas e necessidades

integram os públicos de relacionamento, a ARSP, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo e Promotorias Municipais, os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente

e Saneamento (Vitória, Vila Velha, Serra e outros).

Compõem ainda os públicos de relacionamento, ONGs, associações de moradores, associações de irrigantes, assentamentos rurais, imprensa, escolas, comércio e indústria.

Gestão ambiental

A Cesan manteve o monitoramento ambiental em todos os municípios com os quais possui Contratos de Programa e que estão com obras dos sistemas de esgotamento sanitário sendo executadas. Este monitoramento visa acompanhar os impactos positivos da implantação dos sistemas de esgotamento sanitário.

As análises realizadas (temperatura, pH, Escherichia coli, oxigênio dissolvido, nitrogênio total, fósforo total e demanda bioquímica de oxigênio, sólidos totais e turbidez) têm como finalidade calcular o Índice de Qualidade da Água (IQA).

As unidades de tratamento de água e esgoto possuem sua autorização, do ponto

de vista ambiental, por meio de licenças emitidas pelos órgãos ambientais. De acordo com o porte e a classificação do sistema, cabe conceder a licença o órgão estadual, o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) ou as prefeituras municipais, podendo ser o Ibama se houver enquadramento na instituição.

As licenças das unidades que já se encontram em funcionamento são renovadas conforme o prazo estabelecido em cada documento, enquanto os novos sistemas exigem licenças antes da sua instalação. O mesmo se aplica para as outorgas de direito de uso emitidas pelo órgão gestor dos recursos hídricos. Em 2022, foram recebidas pela Cesan 44 licenças e 39 outorgas.

Projetos de recuperação ambiental

As recuperações executadas pela Companhia visam atender às exigências ambientais, com objetivo de restaurar Áreas de Preservação Permanente (APA), somando para a conservação da água, fortalecer a proteção do solo e contribuir para o incremento da diversidade florestal. As áreas manejadas até o ano 2022 totalizam 167 mil metros quadrados, distribuídas em seis municípios (Montanha, Dores do Rio Preto, Conceição do Castelo, Santa Leopoldina, Domingos Martins e Vila Velha), além de ação na restinga do Parque Estadual Paulo César Vinha referente aos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (Prads).

Outras iniciativas de recuperação envolveram a comunidade por meio de doação e plantio orientado de mudas e, ainda, num trabalho de educação ambiental, estudantes de Castelo, Vitória e Mantenópolis. Em março, alusivo ao Dia Mundial da Água, foram plantadas mudas de citrus e florestais nativas no Projeto Vida Feliz, em Mantenópolis. Já em setembro, em comemoração ao mês da árvore, foram plantadas espécies de Pau Brasil no Reservatório de Pedreira, em Vitória, e mudas nativas em Conceição do Castelo.



O trabalho de educação ambiental mobiliza em especial estudantes para conscientizar sobre a preservação dos recursos hídricos

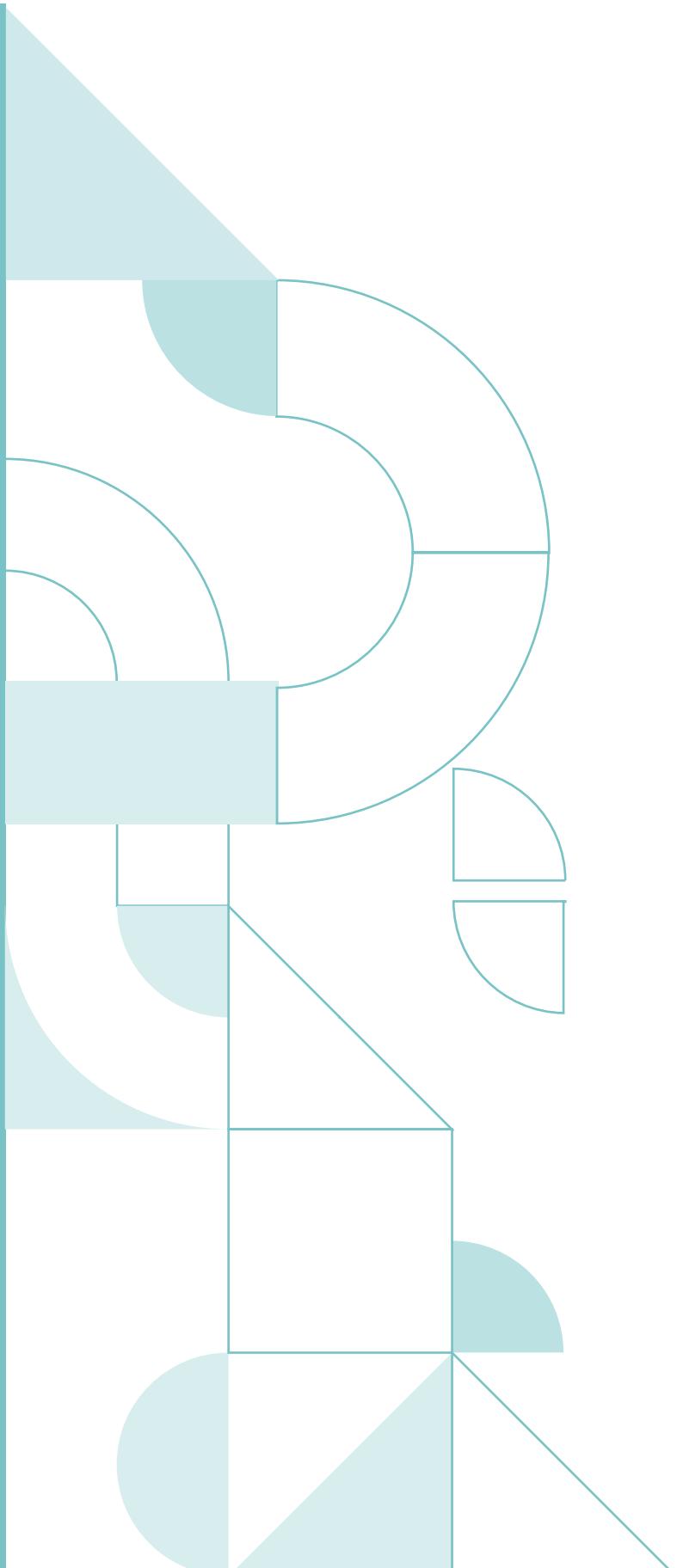
Reserva Particular do Patrimônio Natural de Boa Fé

Numa área de 14,19 hectares, fica na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Afonso Cláudio a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de Boa Fé, importante instrumento para conservação de remanescentes florestais da Mata Atlântica no Espírito Santo. A reserva foi criada durante o processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário do município.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, a Cesan é a primeira empresa de saneamento no país a ter uma unidade de conservação. O Plano de Manejo da área está previsto para ser elaborado pela Companhia em 2023.



A reserva fica localizada em Afonso Cláudio e foi a primeira unidade de conservação do Brasil criada por uma empresa de saneamento básico



Relacionamento com as comunidades

Operando serviços que têm impacto direto na qualidade de vida, na saúde e no desenvolvimento socioeconômico das regiões, a Cesan desenvolve programas e projetos para orientar sobre o uso e conservação dos sistemas de água e esgoto, fortalecer o diálogo e estreitar a aproximação com as comunidades. O trabalho engloba frentes de comunicação social, mobilização comunitária e educação ambiental.

Toda essa atuação ocorre por meio de reuniões com lideranças e comunidades, abordagens domiciliares, capacitação em saneamento ambiental, ações nas escolas, visitas monitoradas às estações de tratamento de água e esgoto e atividades ambientais educativas com os empregados, entre outros.

Em 2022, foram desenvolvidas ações de intervenção socioambiental relacionadas às obras da Cesan para melhorias e ampliação dos sistemas de água e esgoto nos municípios de Vitória, Vila Velha, Aracruz, Água Doce do Norte, Castelo, Nova Venécia, Domingos Martins, Afonso Cláudio, Atilio Vivacqua, Apiacá, Marechal Floriano, Cariacica, Guarapari,



O Encontro com Lideranças Comunitárias da Cesan, realizado pelo décimo ano consecutivo, contou com mais de 200 participantes

Anchieta, Boa Esperança e Pedro Canário. As intervenções buscaram proporcionar uma aproximação maior junto à comunidade e sensibilizar quanto à importância dos serviços da Companhia.

Um importante espaço consolidado para relacionamento com as comunidades é o Encontro com Lideranças Comunitárias da Cesan, que em 2022 retomou o formato presencial, com participação de mais de 200 líderes comunitários da Grande Vitória. No evento são compartilhadas informações sobre programas e projetos, além de esclarecimento de dúvidas relacionadas à manutenção e à operação dos sistemas de água e esgoto.

Canais para interação



comunidade@cesan.com.br

educa.ambiental@cesan.com.br



Telefone gratuito 115



WhatsApp (números por região)

Educação ambiental

Visando promover a educação ambiental junto aos estudantes, a Cesan realiza visitas monitoradas às estações de tratamento de água e esgoto, além de atividades socioambientais nas principais datas comemorativas relacionadas à saúde e ao meio ambiente, como Dia Mundial da Água, Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da Árvore. A programação em 2022 contou com jogo do rio, maquetes sobre os serviços da Cesan, Unidade Móvel de Educação Ambiental, contação de história e apresentações lúdicas com a temática ambiental.

Os municípios que tiveram escolas participantes foram Água Doce do Norte, Anchieta, Atilio Vivacqua, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Brejetuba, Cariacica, Conceição do Castelo, Conceição da Barra, Ecoporanga, Fundão, Guarapari, Ibatiba, Iluna, Mantenópolis, Montanha, Muniz Freire, Pancas, Piúma, São Gabriel da Palha, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Nova Venécia, Pinheiros, Viana, Vila Velha e Vitória.

Para os empregados e seus familiares, com a finalidade de compartilhar a sua atuação na área ambiental e sensibilizar para torná-los multiplicadores na preservação dos recursos hídricos, a Cesan realizou vários eventos. Entre eles, Por Dentro da Cesan, Caminhada Ecológica e Um Dia na Cesan, com visita monitorada na Estação de Tratamento de Água de Vale Esperança, em Cariacica.



Para a comemoração do Dia Mundial da Água a Cesan realiza programação especial



Empregados e familiares participaram de visita à ETE



Em Vila Velha, a Cesan levou informações sobre o processo de tratamento de água

Tarifa Social

Benefício concedido pela Cesan às famílias de baixa renda em forma de desconto que incide sobre as tarifas de água e esgoto de imóveis na categoria residencial, a Tarifa Social teve um salto de 35 mil beneficiários, em 2021, para mais de 45 mil, em 2022. Esse incremento ocorreu em função da alteração do regramento na revisão tarifária realizada em 2021 pela ARSP.

A meta, que fez parte da revisão da estrutura tarifária, é chegar a 80 mil clientes beneficiados até 2025. Para ter direito à tarifa, o cliente precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. Nas duas categorias do programa, os descontos são de até 75% e 60%, podendo variar de acordo com o consumo.



O Pró-Rural tem como objetivo apoiar comunidades de pequeno porte fora da área de abrangência da Cesan a terem acesso a água tratada

Pró-Rural

Desde 1991 a Cesan desenvolve o Pró-Rural, programa especial para atender comunidades de pequeno porte na elaboração de projetos e execução de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2022, o Pró-Rural iniciou a contratação de serviços com base nos últimos diagnósticos técnicos realizados em sistemas de água existentes.

Os estudos apresentaram proposições para resgatar a operacionalidade dos sistemas de água e, consequentemente, recuperar ou implantar a gestão comunitária. Serão investidos, ao todo, R\$ 33 milhões com recursos próprios da Cesan para beneficiar cerca de 110 sistemas localizados em 32 municípios da área de abrangência da Companhia.

Plano de Investimentos

2023-2027

A Cesan, comprometida com o bem-estar, a saúde e o desenvolvimento econômico, investirá R\$ 4,3 bilhões no período de 2023-2027, conforme o Plano de Investimentos (PI) aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no final de 2022. Cerca de 70% desses recursos já estão contratados e assegurados com os agentes financeiros.

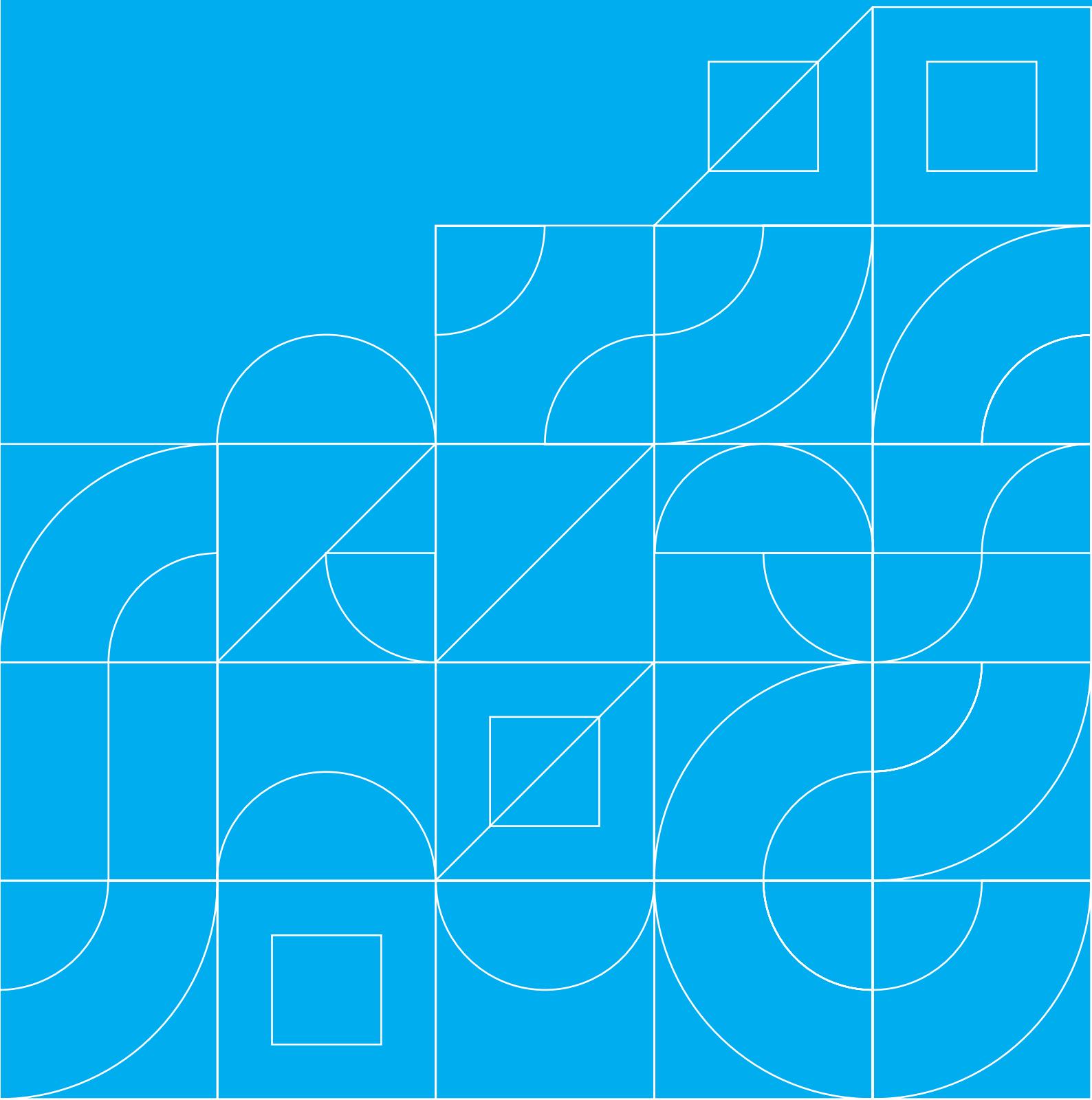
A maior parcela dos investimentos será destinada para o esgotamento sanitário, com R\$ 2 bilhões em novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), estações elevatórias e redes coletoras. No segmento de abastecimento de água, o valor previsto para o período é de R\$ 1,5 bilhão em melhorias nas atuais estações de tratamento, estações elevatórias e adutoras. Especificamente em 2023 serão empregados R\$ 833,7 milhões nos serviços de água e esgoto.

Todo esse investimento programado para os próximos cinco anos tem como finalidade sustentar a execução de obras e ações para alcançar a meta de ter 90% da população atendida com rede de coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Assim, a Cesan antecipará o cumprimento da universalização estabelecida pelo novo Marco de Saneamento Básico e contribuirá para manter a referência capixaba no setor de saneamento básico no País.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)
BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Ativo

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	114.869	234.049
Créditos e contas a receber de usuários	5	171.672	152.190
Estoques de materiais		10.788	7.415
Impostos a recuperar	6	6.234	7.137
Adiantamentos e convênios	7	14.237	5.485
Total do ativo circulante		317.800	406.276
Não circulante			
Créditos e contas a receber de usuários	5	21.997	16.003
Adiantamento e convênios	7	4.223	3.983
Impostos a recuperar	6	12.245	11.176
Depósitos judiciais	17	78.136	87.401
Contas a receber de partes relacionadas	18	0	14.703
Contratos indenizáveis	11	170.380	164.259
Direito de uso arrendamento mercantil	12	2.997	2.792
Investimentos		95	95
Imobilizado	9	37.507	31.225
Intangível	10	3.680.877	3.141.073
Total do ativo não circulante		4.008.457	3.472.710
Total do ativo		4.326.257	3.878.986

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	62.848	68.867
Empréstimos e financiamentos	14	21.557	13.192
Passivo de arrendamento mercantil	12	1.860	1.741
Juros sobre capital próprio	23	89.974	82.375
Participação de empregados	23	15.055	12.708
Impostos e contribuições a recolher	15	15.587	12.411
Salários e encargos a pagar	16	44.951	40.295
Provisões para demandas judiciais	17	48.304	59.698
Outras contas a pagar	-	15.748	10.672
Total do passivo circulante		315.884	301.959
Não circulante			
Fornecedores	13	9.934	816
Empréstimos e financiamentos	14	307.343	205.105
Passivo de arrendamento mercantil	12	1.137	1.052
Impostos diferidos	8	4.927	5.568
Provisões para demandas judiciais	17	33.882	13.554
Créditos de acionistas	19	0	118.716
Plano de aposentadoria	18	95.438	87.635
Subvenções para investimento	20	52.619	46.241
Total do passivo não circulante		505.280	478.687
Patrimônio líquido	23		
Capital social		3.057.006	2.885.395
Ajuste de avaliação patrimonial	-	13.072	26.654
Reserva de lucros	-	205.387	186.291
Crédito para aumento de capital	-	229.628	0
Total do patrimônio líquido		3.505.093	3.098.340
Total do passivo e patrimônio líquido		4.326.257	3.878.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	24	1.049.399	939.070
Custos dos serviços de abastecimento de água	-	(299.785)	(277.710)
Custos dos serviços de esgoto	-	(166.804)	(147.859)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto	-	(121.911)	(107.881)
Custo dos serviços prestados	25	(588.500)	(533.450)
Lucro bruto		460.899	405.620
Despesas comerciais	27	(94.570)	(104.414)
Despesas administrativas	28	(159.761)	(112.689)
Participação dos empregados	23	(14.375)	(12.256)
Resultados dos serviços de construção	12	3.535	4.384
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas	29	(13.633)	(22.644)
		(278.804)	(247.619)
Resultado antes de receitas/(despesas) finance. e impostos		182.095	158.001
Resultado financeiro	26	20.629	28.219
Resultado antes dos impostos		202.724	186.220
Contribuição Social	30	(10.031)	(9.067)
Lucro líquido do exercício		192.693	177.100
Lucro por ação		0,06	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Nota	Capital social	Adiantamento p/aumento de capital (AFAC)	Reserva de Lucros			Ajustes de Aval. Patrim.		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Inc. Fiscais	Investimentos	Legal	Reavaliação			
Saldos em 01 de janeiro de 2021	2.704.062		17.617	92.892	68.759		2.120	-	2.885.450
Aumento de capital	87.817		-	-	-	-	-	-	87.817
Absorção de reservas	93.516		(624)	(92.892)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-		-	-	-	-	-	177.153	177.153
Realização da reserva de reavaliação	-		-	-	-	(5.786)	5.786	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-		-	-	-	30.320	-	-	30.320
Destinação do lucro									
Constituição da reserva legal	23	-	-	-	8.858	-	-	(8.858)	-
Constituição da reserva de investimento	23	-	-	87.764	-	-	-	(87.764)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	23	-	3.917	-	-	-	-	(3.917)	-
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	-	-	-	(82.400)	(82.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.885.395		20.910	87.764	77.617	26.654		-	3.098.340
Saldos em 01 de janeiro de 2022	2.885.395		-	20.910	87.765	77.616	26.654	-	3.098.340
Aumento de capital	82.235		-	-	-	-	-	-	82.235
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	229.628	-	-	-	-	-	-	229.628
Absorção de reservas	89.376		(1.612)	(87.764)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-		-	-	-	-	-	192.693	192.693
Realização da reserva de reavaliação	-		-	-	-	(5.779)	5.779	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-		-	-	-	(7.803)	-	-	(7.803)
Destinação do lucro									
Constituição da reserva legal	23	-	-	-	9.635	-	-	(9.635)	-
Constituição da reserva de investimento	23	-	-	95.984	-	-	-	(95.984)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	23	-	2.853	-	-	-	-	(2.853)	-
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.057.006		229.628	22.151	95.985	87.251	13.072	-	3.505.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	192.693	177.153
Reserva de reavaliação	6.350	6.358
Reversão da provisão reserva de reavaliação	(571)	(572)
Ganhos e perdas atuariais CPC-33	(7.803)	30.320
Resultado abrangente total	190.669	213.259

Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Lucro líquido do exercício	192.693	177.153
Ajustes do resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	104.583	96.048
Resultado na alienação de imobilizado	(1.024)	2.212
Provisões	27.956	29.952
Participação dos empregados	14.375	12.257
Resultado de construção	(3.535)	(4.384)
Outras receitas ou despesas não monetárias	(2.819)	(1.351)
	332.229	311.887
Redução/(aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(23.088)	1.052
Estoque de material	(3.373)	(2.733)
Despesas antecipadas	(8.992)	(1.399)
Impostos a recuperar	(166)	524
Depósitos judiciais	9.265	(10.354)
Outros	14.704	(14.703)
	(11.650)	(27.613)
Aumento/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	3.098	21.944
Salários, férias e encargos sociais	4.656	(1.674)
Impostos e contribuições	2.536	630
Contribuições à Capital Prev	-	(30.802)
Outros	(13.948)	(21.062)
	(3.658)	(30.964)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	316.921	253.310
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(645.679)	(351.333)
Contratos de concessões indenizáveis	(6.121)	(20.051)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(651.800)	(371.384)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	125.298	15.666
Amortização empréstimo bancário	(14.695)	(13.926)
Crédito e resultado de acionistas	110.745	93.574
Participação de empregados	(12.027)	(7.462)
Subvenções para investimentos	6.378	(3.917)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	215.699	83.935
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(119.180)	(34.139)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	234.049	268.188
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	114.869	234.049
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (EM MILHARES DE R\$)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Geração do valor adicionado

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta dos serviços de abastecimento de água e esgoto	1.158.837	1.037.419
Outras receitas	7.509	10.154
Provisões diversas	(18.308)	(26.384)
Resultados não operacionais	410	(2.312)
	1.148.448	1.018.877
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(34.184)	(27.964)
Serviços consumidos e outros custos	(263.983)	(220.780)
Energia e outras despesas operacionais	(141.439)	(137.540)
	(439.606)	(386.284)
Retenções		
Depreciação e amortização	(104.583)	(96.048)
	(104.583)	(96.048)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	604.259	536.545
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	45.470	47.110
Aluguéis	291	282
	45.761	47.392
Valor adicionado total a distribuir	650.020	583.937
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos	202.978	170.504
Participação dos empregados nos lucros	14.375	12.257
Planos de aposentadoria e pensão	9.680	230
Assistência médica e odontológica	6.075	3.678
Governo	172.757	156.856
Financiadores	51.462	63.259
Acionistas	90.000	82.400
Lucros retidos	102.693	94.753
	650.020	583.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) é uma sociedade de economia mista, criada em 1967, possui capital fechado e sede em Vitória, sendo seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante contratos de concessão e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade envolve intrinsecamente a realização de estudos, projetos e execução de obras de instalações e ampliações de redes, podendo atuar inclusive fora do Estado do Espírito Santo de acordo com previsão legal do Novo Marco do Saneamento.

Apesar de não explorar outras atividades atualmente, sua constituição prevê participação no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos,

e autorização para participar em outras sociedades e constituir subsidiárias do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador atual, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detém a concessão. Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atuava em 53 municípios do Estado do Espírito Santo, com operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 968.782 economias em abastecimento de água e 599.745 economias em esgotamento sanitário. As dez principais concessões da Companhia em termos populacionais possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término concessão
	Nº de economias	2022	Nº de economias	2021	
Vila Velha	198.129	194.334	115.069	111.706	26/02/2046
Serra	175.369	169.634	152.337	139.910	26/06/2043
Vitória	148.881	147.051	129.042	124.614	21/03/2049
Cariacica	119.347	118.421	50.766	50.399	24/06/2048
Guarapari	70.894	69.057	48.356	47.054	26/12/2047
Viana	19.518	19.130	9.965	9.116	24/06/2048
Piúma	14.674	14.370	9.077	8.632	30/10/2022
Nova Venécia	14.475	14.200	4.585	4.320	20/07/2039
Castelo	12.157	11.885	10.371	10.119	06/07/2048
Aracruz	11.105	10.502	6.695	6.494	17/03/2050

NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO

O novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB), introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020, traz relevantes inovações: a previsão da obrigatoriedade dos contratos estipularem metas de desempenho e de universalização dos serviços; a adoção do princípio da regionalização dos serviços de saneamento; a promoção de mudanças substanciais na sua regulação; e ainda o estímulo à concorrência e à privatização das empresas estatais de saneamento.

Teoricamente teve como objetivo atrair investimentos privados e assim permitir o aumento gradual do processo de desestatização do setor. Impõe aos titulares dos serviços a necessidade de celebração de contrato de concessão, mediante licitação, para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular (novo art. 10 da Lei nº 11.445/2007).

Além de prever a obrigatoriedade de concorrência para a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação dos serviços de saneamento básico, obrigando, a princípio, as empresas estatais do setor a competir em igualdade de condições com as empresas privadas por esses contratos, a nova Lei também ampliou substancialmente a competência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Agora, além dos recursos hídricos, passa a estabelecer diretrizes para a regulação do saneamento básico nacional, por meio da edição normas de referência (arts. 1º e 3º da Lei nº 9.984/2000 e art. 25-A da Lei nº 11.445/2007). Com efeito, a ANA estabelecerá normas de referência sobre diversas questões, como padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico, regulação tarifária dos serviços, metas de universalização dos serviços, entre outras.

O novo Marco Regulatório do Saneamento Básico tem como uma de suas principais metas garantir que até 2033, 99% da população tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. Os compromissos e impactos do novo Marco do Saneamento na Cesan estão divulgados em base de preparação ou nota explicativa específica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo princípios, práticas e critérios consistentes.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas preponderantemente com base no custo histórico, e os ativos e passivos financeiros mensurados preponderantemente ao valor justo, exceto quando indicado e evidenciado em nota explicativa específica.

c. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 30/01/2023.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas foram revisadas de uma maneira contínua dentro do exercício.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas Notas:

- Nota Explicativa nº 04 – Caixa e equivalente de caixa
- Nota Explicativa nº 05 – Créditos e contas a receber de usuários;
- Nota Explicativa nº 09 – Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 10 – Intangível;
- Nota Explicativa nº 11 – Contrato de concessões indenizáveis;
- Nota Explicativa nº 12 – Arrendamento mercantil
- Nota Explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos
- Nota Explicativa nº 17 – Provisões e passivos contingentes
- Nota Explicativa nº 18 – Plano de aposentadoria complementar
- Nota Explicativa nº 19 – Créditos de acionistas
- Nota Explicativa nº 22 – Partes relacionadas
- Nota Explicativa nº 24 – Receita operacional líquida

e. Microrregião de Águas do ES x Novo Marco Legal do Saneamento Básico

Em 14/07/2021, através da Lei Complementar Estadual nº 968/2021, foi instituída a Microrregião de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo e sua respectiva estrutura de governança que terá, entre outros objetivos, aprovar metas de interesse regional e apreciar planos, projetos e programas públicos ou privados relativos à realização de obras.

A medida atende a uma exigência feita pelo novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (MRSB), que foi

aprovado em 2020 e dava aos Estados prazo até 15 de julho para criarem sua regionalização. A estrutura de governança se dará pelo Colegiado Regional - entidade máxima da autarquia -, que será presidido pelo governador e terá a participação do prefeito de cada cidade da região (ou indicado por ele) e de membro do Executivo.

Há também o Comitê Técnico, composto por três representantes do Estado e por oito municipais; Conselho Participativo, que terá nove membros da sociedade civil, um dos sindicatos e um da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes). Está prevista também a criação do cargo de secretário-geral.

O texto descreve as atribuições para cada uma dessas entidades deliberativas, com destaque para o Colegiado Regional, que, além de eleger o secretário-geral, terá o poder de autorizar a prestação direta ou indireta de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município sem prejudicar a microrregião, entre outros.

Já o Comitê Técnico terá a finalidade de criar câmaras temáticas, apreciar com antecedência as matérias que constam na pauta das reuniões do Colegiado Regional e assegurar a manifestação do Conselho Participativo, órgão que, por sua vez, terá, entre outras, a prerrogativa de convocar audiências públicas para debater matérias dentro de sua atuação.

A Lei Complementar cria ainda duas Câmaras Técnicas temáticas temporárias, uma de prestação regionalizada e outra de prestação direta ou delegada. Ambas terão representação paritária do Estado e do município.

f. Comprovação de capacidade econômico-financeira

A Companhia, em atendimento às obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021, protocolou a comprovação de capacidade econômica e financeira (Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros, Estudos de Viabilidade (EV) dos Contratos de Programa, Plano de Captação (PC) de Recursos, a Emissão de Laudo ou parecer sobre EV e PC e os Termos de Anuências dos titulares) para atender às metas previstas no art. 11-B, da Lei nº 11.445/2007, no dia 30 de dezembro de 2021, na ARSP – Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo, e no 30 de dezembro de 2021, na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Em 24 de março de 2022, o Conselho Diretor da ARSP, em sua Reunião Extraordinária, atestou a capacidade econômico-financeira da Companhia Espírito-santense

de Saneamento (Cesan) para universalizar os serviços de água e esgoto até 2033 em 46 municípios do Estado. A decisão da diretoria colegiada da ARSP foi publicada em 25 de março de 2022 no Diário Oficial do Estado. Os estudos apresentados pela Companhia em 30 de dezembro de 2021 foram analisados pela ARSP, que verificou se a concessionária estava seguindo a metodologia adotada no Decreto Federal 10.710/2021.

Ao final desse processo, a ARSP concluiu que as duas etapas previstas no Decreto 10.710/2021 foram cumpridas pela Cesan e resultou comprovada a capacidade econômico-financeira em atender às metas de universalização, bem como às metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, na área de cobertura dos contratos de programa dos 46 municípios conveniados com a ARSP.

Empresas especializadas emitiram laudos independentes atestando o cálculo e o atendimento dos indicadores econômico-financeiros, bem como a adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação, conforme exigido na legislação.

No dia 31 de março de 2022, os 46 contratos de programa nos municípios acima referenciados foram aditivados com as inclusões das metas de cobertura de água e esgoto, de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, na área de cobertura dos contratos de programa, assinados pelos titulares, agência reguladora, Cesan e Estado. A Cesan cumpriu assim todas as etapas previstas no Marco do Saneamento.

g. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, inclusive nas notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado

de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado

conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo, e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos a aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber

De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão adicional sobre todos os títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) contabilizado de acordo com o ICPC 01 quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados pela tarifa definida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP, por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados à execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorre primeiro.

A Lei 14.026/2020, que alterou a Lei 11.445/2017, vedou a celebração de novos Contratos de Programa entre as Empresas de Economia Mista ou Públicas com o poder concedente sem processo licitatório. Atendendo à determinação do Decreto Federal nº 10.710/2021, a Cesan notificou os sete municípios (Laranja da Terra, Presidente Kennedy, Piúma, Montanha, Mucurici, Ponto Belo e Pinheiros) que estão com Contratos de Concessão vencidos, informando que a prestação do serviço no município se encerrará até 31 de dezembro de 2023 e que existem ativos não amortizados que deverão ser indenizados para a Companhia.

Os municípios de Laranja da Terra, Pinheiros e Piúma ajuizaram individualmente Ação de Não Fazer para que a Cesan mantenha a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Para as três ações judiciais foram deferidas limi-

nares que determinam que a Companhia permaneça prestando os serviços enquanto a tutela de urgência não for decidida ou até a efetiva concretização e funcionamento das atividades da Microrregião de Águas e Esgoto no Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 968/2021.

Esses sete municípios representam uma receita de 2,46% em relação à Receita Operacional Bruta da Companhia.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação.

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2022-2021	
	Anos	%
Edificações e estruturas	25	4
Móveis e utensílios	10	10
Veículos e equipamentos de transporte	5	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Equipamentos - Laboratório	10	10
Computadores e periféricos	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisados ao final do exercício de 2021, não sendo necessário ajustes.

h. Redução ao valor recuperável

(Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera

que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que refletia as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das tran-

sações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões para riscos cíveis, tributária, trabalhistas e ambiental

A Companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação da probabilidade de perda e saídas futuras de caixa são realizadas por nossa assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes. A Administração da Companhia embasa na opinião de seus assessores jurídicos, e acredita que as provisões reconhecidas são necessárias e adequadas à situação dos processos judiciais e legislações em vigor no país.

I. Tributação

Impostos sobre lucro

Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730, transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017, foi concedida a Imunidade Tributária Recíproca para a Cesan conforme artigo 150, alínea "a", da Constituição Federal, sobre os impostos de competência da União, exceção à Contribuição Social. Desta forma, a tributação sobre a renda compreende apenas a Contribuição Social corrente e diferida.

A Contribuição Social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%. A Companhia entende que em observância ao ICPC 22, todos os reconhecimentos tributários efetuados na contabilidade e na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento por parte das autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Impostos diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e crédi-

tos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas sobre serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS	1,65
COFINS	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços de Telecomunicações - ICMS

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Contratos de concessão

A Companhia desenvolve várias ações para manutenção dos Contratos de acordo com a Lei 11.445/2007, tais como participação em audiências públicas, reuniões com as Câmaras, Prefeituras, elaboração e revisão de instrumentos jurídicos, inclusive prestando apoio técnico na revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos municípios que detêm a concessão.

O prazo referencial de validade dos Contrato de Programa é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2022 não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes. O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência de Regulação de

Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzem a eficiência e eficácia dos serviços quanto permitem a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando tanto custos e despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m³ fixado pela ARSP.

n. Contratos de arrendamento mercantil

Este pronunciamento estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções: (i) reconhecimento de arrendamentos de ativos de “baixo valor” e (ii) arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

o. Reajuste tarifário

Na data de 28/06/2022 a ARSP publicou a Resolução nº 055/2022 autorizando o reajuste nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 13,09% a partir de 1º de agosto de 2022.

p. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II).

Relativamente aos benefícios oferecidos aos empregados, a empresa segue as normas estabelecidas pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 33 (R1), o qual estabelece e torna obrigatório o reconhecimento oriundo dos benefícios oferecidos aos empregados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados, relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o resarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida.

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações.

gações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

q. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

r. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

s. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da Companhia por ciclos mensais

de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. As receitas de serviços não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

t. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

u. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sobre o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º, da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal.

Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

v. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as

transações financeiras mantidas com entidades da Administração Pública Estadual, desde que haja relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

w. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

x. Novos pronunciamentos técnicos e documentos emitidos pela CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas que afetassem significativamente as informações emitidas.

Adicionalmente, o IASB revisou algumas normas IFRS-IAS em 2021 com previsão de impactos a partir de 01/01/2022 (IAS1, IAS16, IAS41, dentre outras) mas também sem impactos significativos no exercício ou não se aplicam à Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	78	66
Bancos - conta movimento	13.672	19.657
Aplicação financeira livre movimentação - Banestes	58.777	28.621
Aplicação financeira livre movimentação - CEF	15.585	38.093
Aplicação financeira vinculada	26.757	147.612
Total	114.869	234.049

A Companhia mantém aplicados recursos próprios provenientes de sua atividade operacional, baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam em média de 99,0% do Fundo CDI.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores re-

cuperáveis. No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato.

Aplicação Financeira Vinculada

A Companhia mantém depositados recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras - Depósitos Vinculados	31/12/2022	31/12/2021
Convênios Funasa x Governo do Estado	5	695
Contas reservas - Obras financiadas CEF	4.435	3.336
Conta reserva Banco do Nordeste	1.035	100
Conta reserva PPP	19.026	10.358
Conta vinculada PPP	0	2.797
Programa Águas e Paisagem	0	2.688
Contrapartida BNDES - Águas e Paisagem	1.784	1.591
Convênio FINEP	0	268
Governo Estado para obras diversas	0	125.356
Bloqueios judiciais	472	423
Total	26.757	147.612

5. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários	274.656	21.997	296.653	242.537	16.003	258.540
Valores a receber de parte relacionada	2.776	-	2.776	2.632	-	2.632
Consumo não faturado	49.820	-	49.820	41.858	-	41.858
Total contas a receber	327.252	21.997	349.249	287.027	16.003	303.030
Arrecadação a discriminar	(984)		(984)	(4.476)		(4.476)
"(-) Perda estimada c/ créditos de liquidação duvidosa"	(154.596)		(154.596)	(130.361)		(130.361)
	(155.580)	-	(155.580)	(134.837)	-	(134.837)
	171.672	21.997	193.669	152.190	16.003	168.193

O saldo de contas a receber a longo prazo contempla valores de parcelamento de faturas de água e esgoto cujo vencimento é superior a 12 meses após o encerramento deste exercício. Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
Valores a faturar	49.820	14,3%	41.858	13,8%
Valores faturados				
A vencer (circulante + não circulante)	98.995	28,3%	88.407	29,2%
Total a receber vincendos	148.815		130.265	
Vencidos até 30 dias	30.645	8,8%	27.720	9,1%
Vencidos de 31 a 60 dias	14.673	4,2%	13.261	4,4%
Vencidos de 61 a 90 dias	9.333	2,7%	8.524	2,8%
Vencidos de 91 a 120 dias	6.749	1,9%	7.296	2,4%
Vencidos de 121 a 150 dias	5.327	1,5%	6.335	2,1%
Vencidos de 151 a 180 dias	4.819	1,4%	6.114	2,0%
Vencidos acima de 180 dias	128.888	36,9%	103.515	34,2%
	200.434		172.765	
Total	349.249	100%	303.030	100%

No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 26.622

(R\$ 44.733 em 31 de dezembro de 2021) como perda estimada.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo final do período anterior	130.361	86.426
Perda estimada de contas a receber	26.622	44.733
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(2.387)	(798)
Saldo Final do período corrente	154.596	130.361

Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):

a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento individualizado. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla negativação do cliente nos órgãos de proteção ao crédito e interrupção dos serviços presta-

dos aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de todas as classes de consumidores vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia constitui provisão adicional para perdas a partir do vencimento individualizado de cada fatura de cliente que possua valores a receber vencidos a mais de 180 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa específica.

5.1. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

Os valores relativos a contas a receber oriundos de faturas de água e esgoto com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31/12/2022	31/12/2021
Órgãos Públicos Estaduais	2.776	2.632
Total	2.776	2.632

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	12.245	11.176
Contribuição social retida na fonte	90	36
CSL Base Negativa	859	2.289
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	320	302
PIS Lei nº 9.430/96	6	2
Contribuições previdenciárias	3.454	3.128
Taxas de Domínio - DNIT	1.505	1.380
Total	18.479	18.313
Circulante	6.234	7.137
Não circulante	12.245	11.176
Total	18.479	18.313

7. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	8.599	153
Adiantamento a empregados	8.284	7.934
Créditos de Órgãos Públicos	23	47
Plano II - Capital Prev - Empreg. Desligados	1.451	1.212
Prêmios de seguros	103	122
	18.460	9.468
Circulante	14.237	5.485
Não circulante	4.223	3.983
	18.460	9.468

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O valor da Contribuição Social reconhecido no passivo não circulante corresponde a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PECLD Gerencial	27.490	31.474			27.490	31.474
Contingências Trabalhistas e Cíveis	63.733	54.801			63.733	54.801
Reserva de reavaliação			(119.783)	(126.129)	(119.783)	(126.129)
Pronunciam. CPC x Legisl. Tributária	(26.186)	(22.008)			(26.186)	(22.008)
Base - diferença temporária	5.853	5.784	(10.780)	(11.352)	(4.927)	(5.568)
Impostos ativos (passivos)	5.853	5.784	(10.780)	(11.352)	(4.927)	(5.568)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31/12/2021	Reconhecimento apuração do tributo	31/12/2022
Reserva de reavaliação	(11.352)	(572)	(10.780)
Diferenças temporárias	5.784	(69)	5.853
	(5.568)	(641)	(4.927)

9. IMOBILIZADO

9.1. COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

	Taxas anuais depreciação	31/12/2021		31/12/2022	
		Total Líquido	Custo	Dep. acumulada	Total Líquido
Terrenos	-	3.884	3.884	-	3.884
Edificações e estruturas	4%	11.100	25.041	(14.661)	10.380
Móveis e utensílios	10%	3.284	11.260	(7.969)	3.291
Veículos equip. transportes	20%	3.740	14.985	(12.694)	2.292
Máquinas e equipamentos	10%	4.110	18.723	(13.782)	4.941
Computadores e periféricos	20%	5.107	36.520	(23.801)	12.719
Total		31.225	110.413	(72.906)	37.507

9.2. MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	3.844	111	(72)	3.884	-	-	3.884
Edificações e estruturas	23.747	1.641	(621)	24.767	274	-	25.041
Móveis e utensílios	8.929	1.757	(10)	10.677	585	(3)	11.260
Veículos equip. transportes	19.419	-	-	19.419	-	(4.434)	14.985
Máquinas e equipamentos	16.498	1.020	(518)	17.001	1.814	(92)	18.723
Computadores e periféricos	24.006	2.904	(4)	26.906	9.616	(2)	36.520
Subtotal	96.444	7.433	(1.224)	102.653	12.290	(4.530)	110.413
Depreciação Acumulada	(67.391)	(5.123)	1.086	(71.429)	(5.922)	4.444	(72.906)
Total	29.053	2.310	(138)	31.225	6.367	(86)	37.507

10. INTANGÍVEL

10.1. COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não. No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia.

	31/12/2021		31/12/2022		
	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a Valor Recuperável	Valor líquido
Ativos da concessão	2.405.565	3.949.674	(1.231.769)	(192.937)	2.524.967
Intangível em andamento	723.808	1.126.795	-	-	1.126.795
Sofware	11.700	113.958	(84.844)	-	29.114
Total	3.141.073	5.190.427	(1.316.613)	(192.937)	3.680.877

Capitalização de juros e encargos financeiros

Os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos de ativos durante a fase de construção são apropriados no custo dos empreendimentos na conta de obras em andamento até a sua conclusão. Assim que o empreendimento é concluído os juros e encargos passam a ser contabilizados como despesas financeiras do exercício.

No período findo em 31/12/2022 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 13.382 (R\$ 8.123 no exercício 2021).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

Em alinhamento ao CPC 01, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Cesan, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;

- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;

- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 no seu item 33b; o valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, são considerados como valor recuperável, entretanto, foram substituídos pelo procedimento de cálculo ICPC01, baseado nos contratos de concessão, haja vista que preveem resarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato (100% de recuperação do valor de aquisição);

- Os ajustes de avaliação refletem a conversão em valores financeiros indenizáveis.

10.2. MOVIMENTAÇÃO

	2021					
	Saldo em 31/12/2020	31/12/2021	Baixas	Arm Acum	Aj. Vlr Recuperável	Saldo em 31/12/2021
Ativos da concessão líquidos	2.247.379	313.701	(93.715)	(41.586)	(20.214)	2.405.565
Intangível em andamento	624.177	378.751	(279.120)	-	-	723.808
Sofware	12.880	2.509	-	(3.689)	-	11.700
Total	2.884.437	694.961	(372.835)	(45.276)	(20.214)	3.141.073

	2022					
	Saldo em 31/12/2021	31/12/2021	Baixas	Arm Acum	Aj. Vlr Recuperável	Saldo em 31/12/2022
Ativos da concessão líquidos	2.405.565	236.228	(6.409)	(102.342)	(8.075)	2.524.967
Intangível em andamento	723.808	597.027	(194.040)	-	-	1.126.795
Sofware	11.700	21.818	-	(4.404)	-	29.114
Total	3.141.073	855.073	(200.448)	(106.746)	(8.075)	3.680.877

11. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 170.380 (R\$ 164.259 em 31 de dezembro de 2021) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A Cesan realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de Construção	42.690	31.745
(-) Custos de Construção	39.155	27.361
(=) Receita de Construção Líquida	3.535	4.384

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

12. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivo de arrendamento, gerando o seguinte impacto:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos de direito de uso	2.997	2.793
Passivo de Arrendamento CP	2.997	2.793

O preço específico mensal do contrato será reajustado anualmente, tomando-se por base a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em 31 de dezembro de 2022, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos de 11,52%.

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento mercantil de direito de uso:

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial 1º Janeiro 2022	2.037	755	2.792
Adições	324	1.813	2.137
Remensurações	-	-	-
Depreciação	(781)	(1.151)	(1.932)
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.580	1.417	2.997

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial 1º Janeiro 2022	2.037	755	2.792
Adições	324	1.813	2.137
Remensurações	0	0	0
Contraprestação Principal	(781)	(1.151)	(1.932)
Contraprestação Juros	(182)	(163)	(345)
Juros	182	163	345
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.580	1.417	2.997
Passivo Circulante	797	1.063	1.860
Passivo não circulante	783	354	1.137

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial 1º Janeiro 2021	2.520	2.218	4.738
Adições	479	-	479
Remensurações	-	-	-
Depreciação	(962)	-1.463	(2.425)
Saldos em 31 de Dezembro 2021	2.037	755	2.792

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo inicial 1º Janeiro 2021	2.520	2.218	4.738
Adições	479	-	479
Remensurações	-	-	-
Contraprestação Principal	(962)	(1.463)	(2.425)
Contraprestação Juros	(142)	(53)	(195)
Juros	142	53	195
Saldos em 31 de Dezembro 2021	2.037	755	2.792
Passivo Circulante	986	755	1.741
Passivo não circulante	1.052	0	1.052

13. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de materiais	9.096	9.585
Fornecedores de serviços	63.686	60.098
Total	72.782	69.683
Circulante	62.848	68.867
Não Circulante	9.934	816
	72.782	69.683

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional:						
CEF (a)	13.995	206.154	220.149	12.948	179.222	192.170
Banco do Nordeste (b)	2.059	19.559	21.618	244	2.563	2.807
BNDES (c)	5.503	81.630	87.133	-	23.320	23.320
Total	21.557	307.343	328.900	13.192	205.105	218.297

	Movimentação			31/12/2022
	31/12/2021	Adição	Amortização	
CEF	192.170	41.397	(13.418)	220.149
Banco do Nordeste	2.807	19.600	(789)	21.618
BNDES	23.320	64.301	(488)	87.133
Total	218.297	125.298	(14.695)	328.900

a) Caixa Econômica Federal – Formado por contratos com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 8,00% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

“O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor corresponde ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização,

por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora.”

b) Banco do Nordeste do Brasil S/A – Contrato firmado com o objetivo de executar obras de ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos municípios cadastrados na área da Sudene operados pela Cesan, no território do Estado do Espírito Santo. A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNB o valor R\$ 7.658.

c) BNDES – Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contrapartida para as obras do Programa Águas e Paisagens.

Obrigações Especiais da Beneficiária relativas ao Desempenho Financeiro – Covenants

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente, com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Índice	Meta	31/12/2022	31/12/2021
EBTIDA ajustado/serv. dívida ajustado	>1,5	7,86	7,38
Dívida líquida ajustada + outras dívidas	<4,0	0,76	(0,06)
EBTIDA ajustado			
Definições			
Índice de cobertura do serviço da dívida = EBTIDA/Serviço da dívida		7,86	7,38
EBTIDA AJUSTADO = Resultado operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (IRPJ E CSLL), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos ajustes IFRS		284.554	249.664
(Ajustes IFRS: resultado entre as receitas e os custos relativos à prestação de serviços de construção acrescido das receitas financeiras calculadas na taxa efetiva de juros sobre os ativos financeiros, quando existirem.)			
Serviço da dívida = amortização de principal + pagamento de juros		36.207	33.835
Dívida líquida ajustada = empréstimos + financiamentos + debêntures - caixa e equivalentes de caixa		214.031	(15.752)
"Outras dívidas = obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica + parcelamento de dívidas tributárias + parcelamento de dívidas com fornecedor de energia elétrica		1.613	1.199

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e as contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
ISS retido na fonte	2.032	1.720
Contribuição Social	250	360
Contribuições retidas na fonte	1.475	1.191
PIS	1.012	697
COFINS	4.680	3.254
INSS retido na fonte	1.943	1.622
IR retido na fonte	4.195	3.567
Total	15.587	12.411

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdenciária a pagar	11.445	10.349
FGTS a pagar	3.648	3.262
Sesi/Senai a pagar	453	478
Consignações a pagar	1.912	1.668
Férias a pagar	20.442	18.314
13º a pagar	-	-
Licença Prêmio	7.051	6.224
Total	44.951	40.295

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

17.1. PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A Cesan mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo

com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

	Depósitos judiciais		Processos Judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cível (a)	4.244	3.726	26.119	28.414
Tributária (b)	13.229	18.441	1.613	1.199
Trabalhista (c)	60.663	65.234	53.224	43.410
Ambiental (d)	-	-	1.230	229
Total	78.136	87.401	82.186	73.252
Curto prazo	-	-	48.304	59.698
Longo prazo	78.136	87.401	33.882	13.554
Total	78.136	87.401	82.186	73.252

a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.;

b) A provisão tributária refere-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;

c) As provisões trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno,

intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;

d) As provisões ambientais referem-se a ação judicial movida pelo Ministério Público Estadual:

Em 2022 a Companhia passou a adotar novo critério para classificação das provisões entre execuções de curto e longo prazo. A mudança foi necessária para representar melhor a perspectiva de desembolso, pois, ao entrar em fase de liquidação, o prazo médio de pagamento tem superado 24 meses.

A classificação em execuções de curto prazo segue análise qualitativa individual de cada processo, a cargo da equipe de assessoria jurídica da Cesan.

Movimentação ocorrido no exercício:

	Movimentação dos Processos Judiciais			
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Circulante				
Trabalhista	30.085	17.307	(13.743)	33.649
Tributário	1.199	414	-	1.613
Cível	28.414	9.715	(25.087)	13.042
Não circulante				
Trabalhista	13.325	6.250	-	19.575
Cível	-	13.077	-	13.077
Ambiental	229	1.001	-	1.230
Total	73.252	47.764	(38.830)	82.186
Movimentação Depósitos Judiciais				
Não circulante	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
	3.726	830	(315)	4.241
Cível	18.441	6.176	(11.388)	13.229
Tributário	65.234	13.417	(17.985)	60.666
Trabalhista	-	118	(118)	-
Total	87.401	20.541	(29.806)	78.136

17.2. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações, embasada na opinião de nossos assessores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Compa-

nhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Os processos em andamento na instância judicial, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Cível	80.542	19.312
Trabalhista	60.315	45.540
Tributária	16.848	16.757
Ambiental	6.659	-
Total	164.364	81.609

18. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora da Capital Prev - Fundação Capital Previdência e Saúde, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia e a gestão de plano de saúde corporativo.

Durante o exercício de 2022, a Fundação mantinha carteira de Plano de Aposentadoria Benefício I (a) e Plano de Aposentadoria Benefício II (b).

a) Plano de Benefícios I

Os benefícios incluídos no Plano de Benefícios I, criado na modalidade de benefício definido, possui as seguintes características:

Complementação de aposentadoria por invalidez

Devida ao participante que se aposentar por invalidez pela previdência oficial e cumprir 24 meses de contribuição para o Plano.

Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Cumprir carência de 10 anos de vinculação empregatícia se for participante fundador e 15 anos se for participante não fundador, completar 55 anos de idade e concessão de benefício pela previdência oficial.

Complementação de aposentadoria por idade

Cumprir carência de 10 anos de vinculação empregatícia se for participante fundador e 15 anos se for participante não fundador e concessão de benefício pela previdência oficial.

Complementação de aposentadoria especial

Devida ao participante que se aposentar pela previ-

dência oficial, cumprir a carência de 120 meses de vinculação empregatícia e atender ao requisito de idade mínima de 53 anos.

Benefício de pensão por morte

Será assegurada aos beneficiários do participante ativo ou assistido e consistirá na renda mensal correspondente a 75% do benefício de invalidez que o empregado ativo teria direito ou a 75% do valor da complementação para o assistido. A suplementação de pensão será rateada em parcelas iguais entre todos os beneficiários do participante.

Pecúlio por morte

Consiste no pagamento de uma importância igual ao quíntuplo da complementação que o participante ativo teria direito na data de sua morte (benefício de invalidez) ou ao quíntuplo de sua complementação no caso dos assistidos.

b) Plano de Benefícios II

A Cesan, também através da Capital Prev, passou a oferecer a partir de fevereiro de 2006 (em substituição ao Plano de Benefícios I), um Plano de Contribuição Variável – CV, em que os beneficiários contribuem em igualdade de condições com a Companhia, no sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Isto é, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Possui as seguintes características:

Complementação de aposentadoria por invalidez

Devida ao participante que se aposentar por invalidez pela previdência oficial e cumprir 24 meses de contribuição para o plano.

Complementação de aposentadoria por tempo de serviço

Cumprir carência de 10 anos de vinculação ao plano, completar 55 anos de idade e concessão de benefício pela previdência oficial.

Complementação de aposentadoria por idade

Cumprir carência de 10 anos de vinculação ao plano e concessão de benefício pela previdência oficial.

Benefício de pensão por morte

Será assegurada aos beneficiários do participante ativo ou assistido e consistirá na renda mensal vitalícia revertida da aposentadoria conforme percentual escolhido pelo participante no ato da concessão da aposentadoria (60%, 70%, 80%, 90% ou 100%).

Pecúlio por morte

Consiste no pagamento de Pecúlio em parcela única e corresponderá a 5 vezes o valor da aposentadoria pago pela Capital Prev. Segundo as normas vigentes, no caso dos planos de contribuições definidas ou variáveis, ape-

nas a parcela correspondente aos riscos de antecipação, que geram aportes extraordinários garantidores de benefícios, devem ser avaliados e demonstrados pelas empresas patrocinadoras.

Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$ 28.271 (R\$ 25.278 em 2021) como contribuição à Capital Prev para composição das reservas técnicas em atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações atuariais contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a empresa Assistants Consultoria LTDA., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data-base.

18.1. PASSIVO ATUARIAL CPC-33

O valor de R\$ 95.438 (R\$ 87.635 em 2021) representa resultado do estudo realizado em 31/12/2022. A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria BD:

Plano de Benefício Definido	31/12/2022	31/12/2021
Exercício fiscal findo em:		
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor das obrigações no início do ano	447.604	522.620
Custo do serviço corrente	2.672	3.908
Juros sobre a obrigação atuarial	45.406	32.790
Contribuições projetadas (-)	(2.874)	(2.513)
Contribuições efetivas participantes ativos	2.937	2.555
Benefícios pagos no ano	(34.620)	(28.552)
Ganho/(Perda) atuarial	(13.873)	(83.204)
Valor das obrigações no final do ano	447.252	447.604
B. Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	359.968	404.665
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	36.474	25.207
Contribuições normais patronais	2.509	1.967
Contribuições extraordinárias patronais	574	-
Contribuição de participantes vertidas ao plano	2.364	2.555
(-) Contribuições para custeio administrativo	(2.364)	(2.278)
(-) Benefícios pagos no ano	(34.620)	(28.552)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	(13.091)	(43.595)
Ativos financeiros no final do exercício	351.814	359.969
C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	447.252	447.604
Valor justo dos ativos do plano	(351.814)	(359.969)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	95.438	87.635
Total do passivo a ser reconhecido	95.438	87.635
Passivo/(Ativo) líquido	31/12/2022	31/12/2021
D. Componentes da despesa / (receita) do plano		
Custo do serviço corrente	2.672	3.908
Juros sobre as obrigações atuariais	45.406	32.790
Rendimento esperado dos ativos do plano	36.474	25.207
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	84.552	61.905

E. Resumo dos Dados Cadastrais

Participantes Ativos

Quantitativo	269	340
Salário médio (R\$)	10.030	9.440
Idade média	60	59
Tempo médio para aposentadoria	1,95	2,23
Tempo médio de serviço	37	36

Aposentados

Quantitativo	723	705
Idade média	70,83	71
Valor médio das contribuições (R\$)	243,79	212,09
Benefício médio (R\$)	3.226	2.814

Plano de Benefício Definido

Pensões

Quantitativo	258	245
Idade média	68	66
Benefício médio	1.012	994

Rentabilidade esperada para o próximo exercício

Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	41.278
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	318
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(2.124)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	39.472

A seguir descrevemos as premissas utilizadas no trabalho:

Plano de Benefícios	Taxa de desconto	Duration	Inflação	Crescimento salarial	Rotatividade
Plano BD	6,10%	7,81	5,31%	2,25%	0%
Plano II	6,16%	10,87	5,31%	1,90%	0,60%

Tábuas Biométricas

Mortalidade geral

AT-2000 por sexo

Entrada invalidez

Americana

Mortalidade inválidos

MI 2006 por sexo

18.2. EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT DA CAPITAL PREV

Em dezembro de 2022 a Capital Prev apresentou para a Cesan equacionamento de Déficit do Plano de Benefício Definido administrado pela Capital Prev referente ao ano de 2021, elaborado pela empresa de assessoria atuarial da Fundação, Mirador Assessoria Atuarial Ltda, referente ao resultado apurado no encerramento do exercício 2021, equivalente à parcela mínima do déficit que superou o limite legal estabelecido pela legislação, cujo déficit a ser equacionado é de R\$ 31.729, sendo que 50% serão de responsabilidade dos participantes/

assistidos (inclusive pensionistas), e 50% de responsabilidade dos patrocinadores, considerando o prazo máximo de amortização permitido pela legislação de 190 (cento e noventa) meses, equivalente a 1,5 vez a duração do passivo do plano.

Em 2022 o valor referente à parcela do patrocinador para o déficit técnico de 2020 foi quitado com saldo a receber de reversão de aditivos de reserva técnica. Situação atual da reversão dos aditivos:

Saldo Anterior	14.703	31/12/2021
Atualização do período	-	
Valores recebidos	(3.323)	
Ajuste de passivo atuarial	(11.380)	
Saldo Final	-	31/12/2022

19. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

A Companhia recebeu créditos monetários do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador, para execução de obras de esgotamento sanitário em diversos municípios. Esses recursos são oriundos do Programa das Águas e da Paisagem através de

financiamento assumido pelo Governo do Estado junto ao Banco Mundial. Ao final do exercício os valores são transferidos ao PL via Adiantamento para Futuro Aumento de Capital que será apreciado na próxima AGO.

Movimentação dos Créditos de Acionistas			
	31/12/2021	Adições	Baixas
	31/12/2021		31/12/2022
Créditos para investimentos			
	118.716	110.912	(229.628)
	118.716	110.912	(229.628)

20. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas

localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

		31/12/2022	31/12/2021
Município de Cariacica	(a)	1.221	273
Município de Viana	(b)	174	178
Secretaria de Estado de Turismo	(c)	-	71
Governo do Estado - Conv. ICMS	(d)	-	461
Suppin - Serra	(e)	4.187	4.304
Município de Vitória	(f)	37.562	39.750
Município de Vila Valério	(g)	427	426
Município de Venda Nova do Imigrante	(h)	777	778
Município de Aracruz	(i)	6.141	-
Município de São Roque do Canaã	(j)	2.130	-
Total		52.619	46.241

(a) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
 (b) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;
 (c) Recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, com a obra em operação;
 (d) Recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
 (e) Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra, localizado no município de Serra, doadas a Cesan pela Suppin.
 (f) Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Grande Vitória e adjacências localizado no município de Vitória repassado para operação da Cesan;
 (g) Obras do Sistema de Abastecimento de Água de

Sistema de Esgotamento Sanitário do Loteamento Morada do Sol, no município de Vila Valério;
 (h) Obras do Sistema de Abastecimento de água do distrito de Caxixe, construído pelo município de Venda Nova do Imigrante e repassado para operação da Cesan;
 (i) Ativos recebidos para operacionalização dos Sistemas de Abastecimento de Água e dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da concessão assinada em 18 de março de 2020;
 (j) Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede do município.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Cesan possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Instrumentos Financeiros	Mensuração	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	114.869	114.869	234.049	234.049
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	193.669	193.669	168.193	168.193
Adiantamentos e convênios	Custo Amortizado	18.460	18.460	9.468	9.468
Contratos de concessão indenizáveis	Custo Amortizado	170.380	170.380	164.259	164.259
Total do Ativo Financeiro		497.378	497.378	575.969	575.969
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	328.900	328.900	218.297	218.297
Fornecedores	Custo Amortizado	72.782	72.782	69.683	69.683
Arrendamento mercantil	Custo Amortizado	2.997	2.997	2.792	2.792
Créditos de acionistas	Custo Amortizado	-	-	118.716	118.716
Total passivo financeiro		404.679	404.679	409.488	409.488

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de câmbio e risco de preços.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Risco de preço

O fluxo de caixa da Cesan não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela ARSP para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Elevação das taxas de juros nacionais expõe a Companhia em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

		Aumento / redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
31/12/2022	R\$ 328.900	+ 0,5%	1.645
		- 0,5%	(1.645)
31/12/2021	R\$ 218.297	+ 0,5%	1.091
		- 0,5%	(1.091)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado não demonstra que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	497.378	575.969
Passivos financeiros	(404.679)	(409.488)
	92.699	166.481

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo x valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes: A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2022					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	114.869	-	114.869
Contas a receber e outros créditos	5	-	193.669	-	193.669
Adiantamentos e convênios	7	-	18.460	-	18.460
Contrato de concessão indenizáveis	11	-	170.380	-	170.380
			497.378	-	497.378
Empréstimo, financiam. e arrend.	14	-	-	328.900	328.900
Fornecedores	13	-	-	72.782	72.782
Arrendamento mercantil	12	-	-	2.997	2.997
Crédito de acionistas	19	-	-	-	-
				404.679	404.679
31 de dezembro de 2021					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	234.049	-	234.049
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	-	168.193	-	168.193
Adiantamentos e convênios	7	-	9.468	-	9.468
Contrato de concessão indenizáveis	11	-	164.259	-	164.259
			575.969	-	575.969
Empréstimo bancário garantido	14	-	-	218.297	218.297
Fornecedores	13	-	-	69.683	69.683
Arrendamento mercantil	12	-	-	2.792	2.792
Crédito de acionistas	19	-	-	118.716	118.716
				409.488	409.488

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	11,52	6,26
	11,52	6,26

I. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das ven-

das é pulverizada entre grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
(*)		
AAA	704	709
AA+	24.172	44.358
AA-	1.147	343
A+	88.628	188.529
A	218	110
	114.869	234.049

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

II. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais.

a. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional. A Companhia não

possui operações com instrumentos financeiros derivativos. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 1 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	
31 de dezembro de 2022					
Empréstimos e financiamentos	21.557	44.750	48.548	214.045	328.900
Arrendamento mercantil	1.860	1.137	-	-	2.997
Créditos de acionistas	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	62.848	9.934	-	-	72.782
	86.265	55.821	48.548	214.045	404.679
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos	13.192	28.779	31.512	144.814	218.297
Arrendamento mercantil	1.741	1.052	-	-	2.793
Créditos de acionistas	-	118.716	-	-	118.716
Fornecedores e outras obrigações	68.867	816	-	-	69.683
	83.800	149.363	31.512	144.814	409.489

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	328.900	218.297
(-) Caixa e equivalente de caixa	114.869	234.049
Dívida líquida	214.031	-15.752
Total do patrimônio líquido	3.505.093	3.098.340
Total do capital	3.719.124	3.082.588
Índice de alavancagem financeira %	6	-1
Índice de capital de terceiros %	6	-1

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,85% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo (Aderes) com 13,95% de ações, totalizando 99,80% das suas ações.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados em Notas Específicas.

22.2. Fundação Capital Prev

Não existem operações comerciais entre as partes.

22.3. Remuneração aos administradores

A remuneração, encargos sociais e benefícios pagos aos Administradores até 31 de dezembro de 2022 estão detalhados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	2.440	2.243
Encargos sociais	832	598
Benefícios	173	138
	3.445	2.979

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital social

O capital social é composto exclusivamente de ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2022 estavam distribuídos da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	2.624.565.645	85,85%
Agência de Des. em Redes do Espírito Santo	426.533.922	13,95%
Minoritários	5.906.148	0,20%
	3.057.005.715	100%

23.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e o artigo 33, §1º letra "a", do Estatuto Social da Companhia, a base de 5% do lucro líquido, não excedendo a 20% do capital social integralizado. O valor reconhecido neste exercício foi de R\$ 9.635 (R\$ 8.858 em 31/12/2021).

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

23.3. Dividendos

Conforme estabelecido na alínea "b", do §1º, art. 33, do Estatuto Social, a quota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25% (vinte e cinco por cento).

Para atender a essa disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	192.693	177.153
Reserva legal (5%)	(9.635)	(8.858)
Realização da reserva de reavaliação	6.350	6.358
Base de cálculo dos dividendos	189.408	174.653
 Dividendos (25%)	 47.352	 43.663
 Juros sobre capital próprio	 90.000	 82.400
Imposto de Renda Retido na Fonte	(26)	(25)
 Valor líquido para distribuição	 89.974	 82.375

23.4. Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou no exercício a título de reserva de reavaliação o montante de R\$ 5.779 (R\$ 5.786 em 31/12/2021), líquido da Contribuição Social sobre o Lucro. A realização da reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens patrimoniais registrados no ativo imobilizado e intangível, objeto das reavaliações.

23.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 33, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A Companhia apurou no período findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 95.984 (R\$ 87.764 em 31/12/2021) o qual propõe a retenção dos lucros para aumento de capital social após apreciação da AGO, caso não haja destinação específica aderente ao Plano de Negócios da Cesan.

23.6. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia mantém todos os valores recebidos de órgãos governamentais registrado em movimentos na conta de Subvenções para investimentos. Em geral são contrapartidas a empreendimentos de água e esgoto realizadas no exercício. Esses valores não são distribuídos ou utilizados antes do prazo legal permitido em legislação tributária vigente. Em 31/12/2022 foi apurado o valor de R\$ 2.853, totalizando R\$ 22.151 no acumulado geral.

23.7. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social da Cesan, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia,

intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados. A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação 4931/2021, de 21 de dezembro de 2021.

A clausula sétima do "Acordo para Participação dos Resultados" firmado entre a Cesan e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo – Sindaema define que:

(i) A parcela a ser distribuída a título de participação será definida pelo alcance das metas de desempenho estabelecidas para o período, proporcional ao salário-base do empregado, limitado ao montante equivalente ao valor de 11% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190 ("as participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem"), e demais regras contábeis aplicáveis.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 14.375 (R\$ 12.256 em 31 de dezembro de 2021) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos empregados	31/12/2022	31/12/2021
Ínicio do exercício	12.708	7.913
Pago no exercício	(12.028)	(7.461)
Constituído no exercício	14.375	12.256
Final do exercício	15.055	12.708
 Lucro de exercício	 202.725	 186.220
Reversão da GER	14.375	12.256
Lucro após reversão da GER	217.100	198.477
Reversão da CSLL sobre a GER	(11.325)	(10.170)
Lucro do exercício para GER	205.775	188.307
Recálculo benefício fiscal (JSCP)	6.492	5.536
Lucro para distribuição	212.267	193.843
Valor máximo a distribuir - 11%	23.349	21.323

24. Receita operacional líquida

	Número de economias		Valores em R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecimento de água				
Residencial	883.113	868.079	539.908	505.009
Comercial	77.377	74.515	97.644	88.364
Industrial	1.043	970	109.917	94.038
Órgãos públicos	4.988	4.973	56.149	40.624
Receitas Indiretas demais serviços			3.155	2.091
Estornos/ajustes de receitas			(16.652)	(7.542)
	966.521	948.537	790.121	722.584
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	545.379	520.538	272.483	239.746
Comercial	51.463	48.911	65.692	55.872
Industrial	551	541	8.982	6.139
Órgãos públicos	2.352	2.503	25.927	17.116
Receitas Indiretas demais serviços			60	0
Estornos/ajustes de receitas			(4.428)	(4.038)
	599.745	572.493	368.716	314.835
(-) Deduções da receita			1.158.837	1.037.419
PASEP			(19.440)	(17.459)
COFINS			(89.998)	(80.890)
			(109.438)	(98.349)
Total			1.049.399	939.070

24.1. Faturamento com partes relacionadas

As receitas por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para órgãos vinculados ao Estado do Espírito Santo estão abaixo demonstradas.

	31/12/2022	31/12/2021
Órgãos públicos estaduais	38.160	28.976
Total Geral	38.160	28.976

25. Custos de serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custo com pessoal	(145.096)	(131.018)
Custo com materiais	(30.036)	(23.519)
Custo com serv. de terceiros	(187.413)	(153.392)
Depreciação/amortização	(105.451)	(101.065)
Energia elétrica	(120.504)	(124.456)
(588.500)	(533.450)	

26. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de juros e acréscimos	26.739	36.421
Receitas Fin. de ganho com aplicações (i)	18.504	10.278
Outras receitas financeiras/estornos	226	409
	45.469	47.108
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(24.840)	(18.889)
	20.629	28.219

(i) Impacto gerado pelo aumento da taxa Selic do período.

27. Despesas comerciais

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(22.919)	(20.909)
Despesas com materiais	(78)	(82)
Despesas com serviços de terceiros	(44.406)	(38.835)
Perdas no recebimento tarifas	(26.622)	(44.370)
Depreciação/amortização	-	
Outras despesas	(545)	(218)
	(94.570)	(104.414)

30. Conciliação da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos Impostos	202.725	186.220
Juros sobre Capital Próprio	(90.000)	(82.400)
Base de cálculo	112.725	103.820
Adições	1.594	836
Exclusões	(2.853)	(3.917)
Lucro real	111.466	100.739

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	10.031		9.067
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imp. de Renda e Contribuição Social – despesa nominal	-	10.031	-	9.067
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
· Prejuízos fiscais	-	-	-	-
· Espurgos de Princípios Contábeis - RTD	-	785	-	942
· IRRF / CSRF	-	(51)	-	(57)
Imp. de Renda e Contribuição Social – Despesa efetiva	-	10.765	-	9.952
Alíquota efetiva		9,55%		9,59%

28. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(86.193)	(65.934)
Despesas com materiais	(4.070)	(4.363)
Despesas com serviços terceiros	(32.971)	(29.442)
Outras despesas	(19.052)	(7.008)
Despesas tributárias	(17.475)	(5.942)
Total	(159.761)	(112.689)

29. Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Subvenções para investimentos	2.853	3.917
Venda de bens do imobilizado	2.465	2.702
Vistorias e obras encomendadas	400	167
Pequenas receitas eventuais	1.012	1.968
Constituição de provisões	(25.982)	(30.261)
Reversão de provisões	7.674	3.877
Custo de bens baixados	(2.055)	(5.014)
	(13.633)	(22.644)

31. Outros ativos e passivos contingentes

31.1. IRPJ e IOF a recuperar

Com o reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo STF através da ACO 2730 no ano de 2017, a Companhia ajuizou ação de repetição de indébito tributário em face à União, requerente à restituição dos valores recolhidos a título de IRPJ e IOF no período compreendido entre 2012 a 2017. Em 2022 a Companhia ainda aguarda sentença transitada em julgado para reconhecer o valor, que por ora é tratado como um ativo contingente.

32. Seguros

A Companhia celebrou contrato de Seguro de Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. Em 31/12/2022 existem 27 apólices representando 11 processos judiciais no montante de R\$ 27.844 com a seguradora Junto Seguros S/A. A Companhia celebrou ainda contrato com a empresa Seguros Sura S.A cujo objeto é a prestação de serviços de seguro de vida em grupo, contemplando cobertura de

indenizações referentes à morte natural ou accidental, invalidez permanente por acidentes ou doença funcional, destinado aos empregados ativos da Cesan, conforme estabelecido em Acordo Coletivo.

Em 31/12/2022 existem 1.223 empregados cobertos pelo seguro. O valor de indenização por Morte Natural (IMN) é de R\$ 45 mil, R\$ 90 mil para Indenização Especial por morte accidental (IEA), R\$ 45 mil para Invalidez Permanente, total ou Parcial por Acidente (IPA), R\$ 45 mil para Invalidez Funcional Permanente, Total por Doença (IFPD), e no caso de doença ou acidente em que o empregado tiver sequela permanente de alguns dos membros do corpo, o valor é calculado de acordo com a tabela da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

33. Comprometimento de capital

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 30 de dezembro de 2022:

		Faixas de vencimento (i)		
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Saldo em 31/12/2022				
Comprometimento de Capital	962.299	618.233	497.279	2.215.932

34. COVID-19

No dia 6 de abril de 2022 o Governo do Estado, através do Decreto 5125-R, oficializou a extinção das medidas qualificadas após mais de dois anos de enfrentamento ao novo Coronavírus (Covid-19). Assim, não haverá mais obrigatoriedade do uso de máscaras em locais abertos e fechados ou da apresentação de passaporte vacinal para acesso a estabelecimentos. O mapa de risco da Covid-19 deixará de ser publicado. A decisão do governo baseou-se na queda sustentada das infecções pela doença – e consequentemente, nos indicadores de ocupação de leitos e registro de óbitos -, bem como pelo elevado percentual de capixabas com ciclo vacinal completo.

Considerando o cenário apresentado e em atendimento à Portaria Interministerial MTP/MS N° 17, de 22 de março de 2022, que orienta que ficam dispensados o uso e o fornecimento das máscaras cirúrgicas ou de tecido nas unidades laborativas em que, por decisão do ente federativo em que estiverem situadas, não for obrigatório o uso das mesmas em ambientes fechados, a Cesan atualizou suas diretrizes internas:

- Desobrigando o uso da máscara de proteção nas instalações da Cesan em locais abertos e fechados, ficando à critério daqueles que assim voluntariamente quiseram continuar utilizando, sendo recomendado ainda o uso para os trabalhadores com 60 anos ou mais ou que apresentem condições clínicas de risco para desenvol-

vimento de complicações da Covid-19, conforme relacionadas no item 2.13 da Portaria Interministerial MTP/MS n° 17;

- Os casos suspeitos e confirmados para Covid-19 continuam seguindo os protocolos de isolamento estabelecidos pela Medicina do Trabalho;
- Permanece obrigatório o uso de máscara para aqueles que apresentarem sintomas gripais, mesmo tendo sido testado negativo para Covid-19.

Impacto nas Demonstrações Contábeis

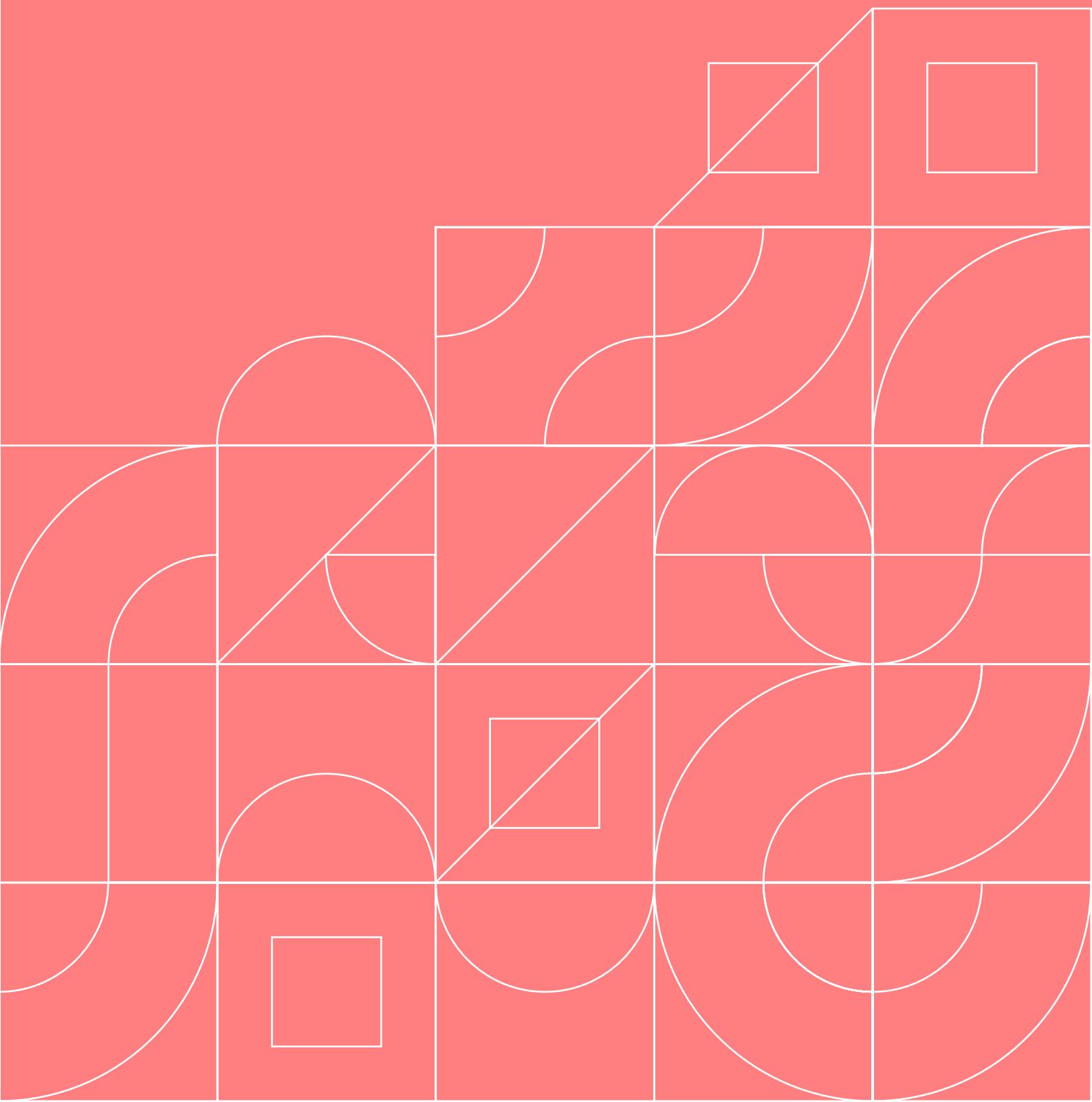
Desempenho Operacional e situação patrimonial não impactados neste exercício ou com valores desprezíveis.

35. Eventos Subsequentes

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária: O STF decidiu, em 8 de fevereiro de 2023, que a decisão judicial transitada em julgado deixa de produzir efeitos na hipótese em que a Corte declara a constitucionalidade da exigência tributária. Isto significa que as decisões favoráveis aos contribuintes com trânsito em julgado serão automaticamente anuladas caso o plenário do STF conclua pela constitucionalidade do tributo discutido. (Recursos Extraordinários n° 949.297 e n° 955.227). A Companhia avaliou junto aos seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes acerca das Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2022



Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

CNPJ Nº 28.151.363/0001-47

Av. Governador Bley, 186,
Edifício BEMGE, 3º andar, Centro
CEP: 29.010-150 - Vitória/ES
Site: www.cesan.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2) Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Cesan, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1) Reconhecimento de valores a faturar

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 05, a Cesan reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos usuários finais de valores a faturar R\$ 49.820 em 2022 (R\$ 41.848 em 2021).

Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Cesan adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada usuário para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Cesan sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de valores a faturar. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultou nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento dos valores a faturar da Cesan são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

3.2) Provisões para passivos contingentes e depósitos judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Cesan é parte envolvida em diversos processos de naturezas tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil têm elevado grau de complexidade, o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e dos passivos contingentes relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

• **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2022, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ (MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da Cesan, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a serem considerados.

Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25 (R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais

- tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.3) **Planos de aposentadoria complementar**

Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, que inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela Capital Prev, entidade fechada de previdência complementar, concedidos a colaboradores e ex- colaboradores, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade.

A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na Nota Explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

• **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e dos julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

4) Outros assuntos

4.1) Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

4.2) Relatório da Administração

A Administração da Cesan é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precipitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 14 de março de 2022, sem modificações de opinião.

5) Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cesan continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cesan ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cesan são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cesan.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cesan. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cesan a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos

de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Cesan a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Vitória (ES), 21 de março de 2023.

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/0 - CNAI/Pj nº 029 - CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/0-9 "S" ES - Sócio-sênior - CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/0-2 "S" ES - CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/0-8 "S" ES - CNAI 4850

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAU)

Sobre o comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário da Cesan (CAU) é um órgão estatutário colegiado, independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento do Conselho de Administração (CA), com atribuições descritas também no Estatuto Social, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 31/07/2017, instalado por decisão tomada na 884^a Reunião do CA, de 26 de abril de 2018 (Deliberação 4426/2018), sendo composto por 03 (três) membros externos, independentes e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pela Lei 13.303/2016 e alterações regimentais e estatutárias.

O CAU auxilia o CA, ao qual se vincula, tendo suas funções e responsabilidades desempenhadas em cumprimento às previsões legais aplicáveis, disposições estatutárias e as definições de seu Regimento Interno, revisto pelo processo interno 2020.011623, aprovado pelo CA na 924^a reunião, de 28/07/2020.

Compete ao CAU, em síntese, supervisionar a execução de atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos Auditores Independentes, opinando sobre sua contratação, além de avaliar e monitorar exposições de risco e a adequação das transações da Cesan com partes relacionadas, conforme expressa previsão legal constante do art. 24 da Lei 13.303/2016.

Além disso, o CAU, em atenção às atribuições legais e em apoio ao CA, avalia, ainda, a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão da Capital Prev, incluído o Plano Assistencial. As áreas de Controles Internos (Coordenadoria de Riscos e Conformidade – P-CRC) e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia (Gerência Financeira e Contábil – A-GFC) são subordinadas à Diretoria da Companhia (DR), enquanto a área de Auditoria Interna (Auditoria – C-AUD) é subordinada ao CA, supervisionada pelo CAU, conforme Manual Organizacional e demais normativos da Cesan.

As avaliações do CAU se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento, em apoio ao CA. A empresa Audimec Auditores Independentes SS – EPP foi a responsável pela emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstra-

ções financeiras dos exercícios 2019, 2020, 2021 e 2022. O CAU analisou os pareceres dos auditores independentes antes de opinar sobre as mencionadas demonstrações financeiras.

Temas discutidos pelo CAU

O CAU reuniu-se 18 vezes no período de janeiro a dezembro de 2022, entre reuniões ordinárias e extraordinárias, a fim de atender possíveis demandas dos Conselheiros em relação aos processos analisados pelo CAU e tratamento dos itens componentes de suas atividades, com discussão de relatórios e comentários a respeito das demonstrações financeiras e dos controles internos.

As atas das reuniões do CAU são distribuídas nas reuniões do CA, ocasião em que, de acordo com sugestões e demandas do Conselho, os membros do CAU relatam e enfatizam aos Conselheiros os assuntos mais relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAU.

Os extratos das atas, após avaliação do Conselho, são disponibilizados no site da Cesan.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis, supervisão das atividades dos auditores independentes e sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia; supervisão das atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras; monitoramento da qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Cesan; avaliação e monitoramento das exposições de risco, com análise/utilização de dados sobre remuneração da Administração, utilização de ativos ou gastos incorridos em nome da Companhia; avaliação e monitoramento, em conjunto com a Administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela Capital Prev e da gestão de riscos e de controles internos.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAU reposam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial as áreas Financeira e Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna) e da Auditoria Independente.

Quanto à estrutura de controles internos e à gestão de riscos, o CAU considera que houve melhoria na implementação dos mecanismos de gerenciamento de riscos, considerado o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2022, vinculados ao Plano de Auditoria e ao Plano de Ação de Melhorias, aprovados pelo CAU e pelo Conselho de Administração, não revelaram desvios ou falhas insanáveis nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Cesan, havendo aderência das medidas adotadas e registradas pelas unidades às políticas e às práticas estabelecidas pela Administração e ao atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Os membros do CAU, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno, após o processo de apreciação da efetividade dos processos de controles internos, da política de risco e o seu monitoramento, do conhecimento dos cálculos atuariais da Capital Prev, das demonstrações do exercício findo em 31 e dezembro de 2022, bem como o parecer sem ressalvas emitido pela Audimec auditores independentes, recomendam a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo CA, Assembleia Geral de Acionistas e sugerem algumas melhorias, que poderão ser implementadas no próximo exercício social, no sentido de promover maior aderência das demonstrações da Companhia às normas brasileiras de contabilidade.

Vitória (ES), 27 de março de 2023.

Denizar Leal
Coordenador

Pedro Ivo da Silva
Membro

Marcos Santos Pimentel
Membro



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO CONTÁBIL ENCERRADO EM 31/12/2022

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das demonstrações financeiras e das notas explicativa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela Audimec Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 21 de março de 2023, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan).

Vitória (ES), 08 de abril de 2023.

Erico Sangiorgio
Presidente do c.a.

Munir Abud de Oliveira
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Pedro Menegueti
Conselheiro

José Marcos Travaglia
Conselheiro

Fabiano Venturim Canal
Conselheiro



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan), dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para Destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no Relatório dos Auditores Independentes Audimec Auditores Independentes, datado de 21 de março de 2023, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan) manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória (ES), 11 de abril de 2023.

Marcelo Zanúncio Gonçalves
Conselheiro

André de Albuquerque Garcia
Conselheiro

André Rosetti Bresciani Junior
Conselheiro

Expediente

Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

Endereço: Governador Bley, 186, Edifício Bemge, 3º Andar, Centro, Vitória, ES – CEP: 29.010-150
Telefone: (27) 2127-5000

Relatório da Administração da Cesan – 2022

Publicado em abril de 2023

Esta publicação foi elaborada pelas áreas de Comunicação Empresarial, Planejamento Estratégico e Financeira e Contábil

Administradores – Em dezembro de 2022

Diretoria Executiva

Carlos Aurélio Linhalis – Diretor Presidente
Weydson Nascimento Ferreira – Diretor Administrativo e Comercial
Thiago José Furtado – Diretor Operacional
Pablo Ferraço Andreão – Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Conselho de Administração

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico, Carlos Aurélio Linhalis,
Marcelo Campos Antunes, Jose Marcos Travaglia, Fabiano Venturim Canal,
Jose Alves Paiva e Pedro Meneguetti

Conselho Fiscal

Marcelo Zanúncio Gonçalves, Erico Sangiorgio e André Rossetti Bresciani Junior

Administradores – Em abril de 2023

Diretoria Executiva

Munir Abud de Oliveira – Diretor Presidente
Weydson Nascimento Ferreira – Diretor Administrativo e Comercial
Thiago José Furtado – Diretor Operacional
Pablo Ferraço Andreão – Diretor de Engenharia e Meio Ambiente
Rafael Grossi Gonçalves Pacífico - Diretor de Relações Institucionais

Conselho de Administração

Erico Sangiorgio, Munir Abud de Oliveira, Jose Marcos Travaglia,
Fabiano Venturim Canal, Jose Alves Paiva e Pedro Meneguetti

Conselho Fiscal

Marcelo Zanúncio Gonçalves, André de Albuquerque Garcia
e André Rossetti Bresciani Junior

Contador

Fábio Pereira Motta
CRC/ES-015239-O

Gerente Financeiro e Contábil

Reginaldo José de Castro
CRC/ES 011475-O

